



Câmara Municipal  
Ponta Delgada

## Notícias

### **PONTA DELGADA COM NOVAS INSTALAÇÕES DE APOIO À VÍTIMA**



A partir de hoje, Ponta Delgada passa a ter um novo espaço onde funcionará o Gabinete de Apoio à Vítima.

Trata-se de uma casa na Rua do Mercado, cedida pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, composta por quatro salas, uma delas destinada ao acolhimento reservado, de mulheres e crianças em risco que procurem o Gabinete para aconselhamento.

A presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada que presidiu à cerimónia de inauguração das novas instalações e que contou também com a presença do Vice Presidente da APAV, João Lázaro, mostrou a sua satisfação, pelo facto da Câmara Municipal de Ponta Delgada, ser uma parceira privilegiada da APAV, no acompanhamento de situações de violência e consequentemente na sua resolução, abrindo portas para uma nova opção de vida por parte das vítimas.

Além da cedência de espaço a Câmara Municipal fornece apoio logístico bem como um apoio financeiro que é protocolado anualmente, na ordem dos 35 mil euros, o que permite a existência permanente de um técnico de acção social. O gabinete funciona ainda com um grupo de voluntários nas áreas jurídica e assistência social.

Anualmente, desde que entrou em funcionamento, o Gabinete atende uma média de 100 pessoas, na maioria dos casos vítimas de abusos, sendo o mais frequente a violência doméstica.

O Gabinete de Apoio à Vítima de Ponta Delgada funciona todos os dias úteis, entre as 09h00 e as 12h00, e das 13h00 às 17h30, e dispõe de uma linha telefónica directa, com o número 296 385 399.



ID: 20408238

15-04-2008

## A Lei

Marta Gonçalves refere que, em termos substantivos, o código penal veio tipificar autonomamente o crime de violência doméstica, facto que protege as vítimas. Mas, na práticas as coisas não funcionam tão bem. "O agressor pode ser apanhado em flagrante, chega à polícia, compromete-se a estar presente no dia seguinte, mas vem para casa nessa noite", diz a responsável. Os números comprovam que muitas mulheres são violentadas e até mortas depois de apresentarem queixa. "Por isso tentámos, antes mesmo de a mulher apresentar uma queixa, retirá-la de casa, colocá-la num local seguro. Há todo um trabalho prévio", prossegue Marta Gonçalves.

Os casos de violência doméstica continuam a subir no distrito de Braga. Em 2007, o aumento rondou os 30% relativamente ao ano anterior. Nestes primeiros meses de 2008 têm sido muitas as queixas apresentadas.

## Casos de violência doméstica continuam a subir no distrito

■ PAULA MAIA

O distrito de Braga registou, em 2007, um aumento de 30% no número de casos de violência doméstica. O número de denúncias que chegaram também nestes primeiros meses de 2008 à delegação de Braga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), são superiores em relação a igual período do ano passado. Os dados são avançados por Marta Gonçalves, da APAV de Braga, que ontem participou no debate 'Mulheres violentáveis?' organizado pela União de Mulheres Alternativa e Resposta, na Universidade do Minho. As queixas continuam a ser apresentadas maioritariamente por mulheres. Marta Gonçalves explicou ao 'CM' que em primeiro lugar, o objectivo é prestar auxílio psicológico à vítima "que vem sempre muito fragilizada". Segue-se o apoio jurídico e, caso seja necessário, o apoio social. "Por vezes precisam de ser encaminhadas para uma



FLÁVIO FREITAS

Violência doméstica esteve ontem em análise num debate promovido pela UMAR, na UM.

casa-abrigo".

### CASOS DE SUCESSO

A responsável sustenta ainda que grande parte dos casos que chegam à associação são solucionados, acres-

centando, que há, no entanto, muitas vítimas que se remetem ao silêncio. "Muitas não querem fazer queixa. Têm medo. Outras dizem que o agressor é o pai dos seus filhos. Outras ainda, como não têm emprego,

estão dependentes dos agressores e, como não conseguem levar os filhos com elas, preferem ficar em casa e suportar a situação. Há uma dualidade de sentimentos que é muito difícil gerir".





*peçoas.baile*



Vicky Fernandes

*Baile da Rosa  
no Museu do Carro Eléctrico  
no Porto*





Maria Manuel Cyrne, Piedade Polignac de Barros, Filipe La Féria e Conceição Ferreira

Numa noite particularmente fértil em eventos (havia mais um baile e um jantar de aniversário), o Museu do Carro Eléctrico, no Porto, foi palco de um requintado jantar seguido de baile – o Baile da Rosa.

O Baile da Rosa encheu, por completo, o Museu do Carro Eléctrico, no Porto, onde pontificavam, essencialmente, figuras conhecidas, idas propositadamente de Lisboa. O evento tinha fins de beneficência – parte dos fundos obtidos revertiam a favor da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, cuja presidente, Joana Marques Vidal, esteve naturalmente presente na festa. Esta foi, aliás, a primeira edição deste baile, organizado pela Espectacular Produções. Este ano, para a APAV foram angariados fundos na ordem dos 25 mil euros.

O ambiente dentro da sala era muito divertido — vários modelos de carros eléctricos.

O cocktail inicial foi servido pelo Lágrimas Catering, do grupo da Quinta das Lágrimas. Quanto ao requintado jantar, foi servido pelo chef Albano Lourenço.

No início do jantar, depois de algumas palavras da Daniel Martins, foi projectado um vídeo com mensagens de Maria Cavaco Silva, Maria Barroso e Maria de Belém Roseira, ausentes, ainda que tendo feito parte da Comissão de Honra.

Uma das características do Baile da Rosa é, para além da parte so-



Andreia Marques e Sérgio Rosado

lidária, homenagear algumas personalidades que, pelas mais diversas razões, se tenham destacado ao longo do ano. Assim, os escolhidos foram Filipe La Féria, Fátima Lopes, Maria Manuel Cyrne e os Anjos, que ficaram naturalmente felizes por esta distinção pública. Ainda antes do baile, houve tempo para uma acção especial de Simone de Oliveira, que fez questão de se manifestar totalmente contra qualquer tipo de violência doméstica. Depois, seguiu-se um animado baile, que se prolongou até de madrugada. |

Fotografia Abel Dias





Raquel e Batata Cerqueira Gomes



Daniel Martins com Manuela Sousa Rama e Lazlo Hubai



Conceição Nery



Ana Paula Taborda e Carlos Veríssimo



Alzira e João José Oliveira



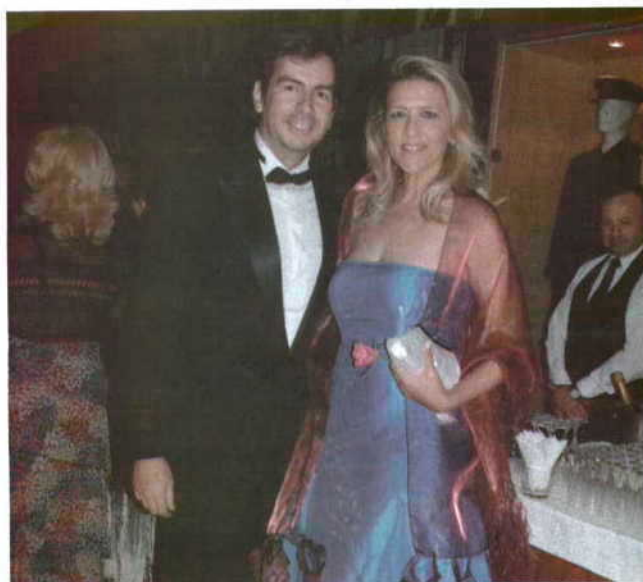
As presidentes da APAV e da Abraço com Filipe La Féria



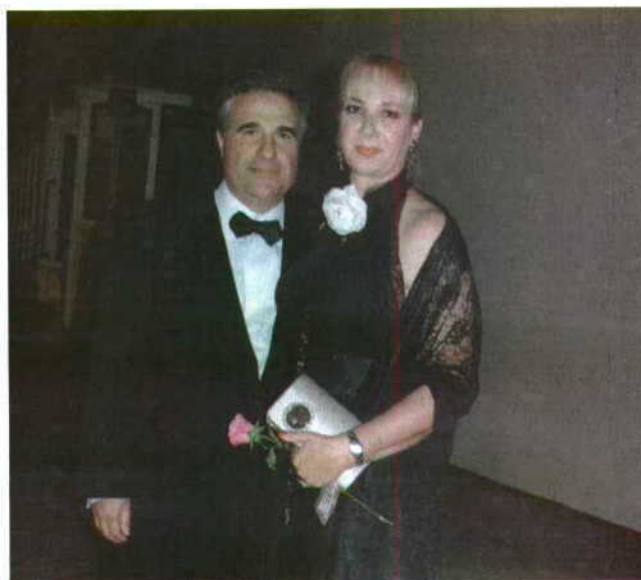
Maria Olímpia Simões



Margarida Ruas e António do Carmo

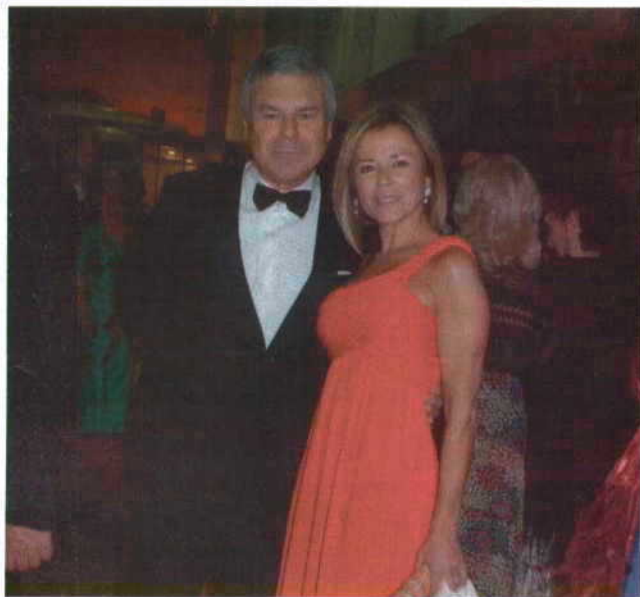


Isabel Noqueira e João Libério



Giselle e Mário Tomé





Maria José Galvão de Sousa e Humberto Leal



Alexandra Fernandes



Helena Pedro Nunes



Fátima Lopes



Ana e Manuel Moura



Jú Dias, Tô Zé e Rita Martinho



Ana Paula Taborda e Filipe La Féria

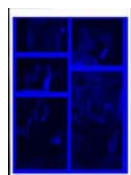


Paula e João Mabele



Merche Romero





Belo friso!



Maria do Rosário e Manuel Silva Reis



Manuela e Rui Costa



Isabel Dantas e António Castanheira

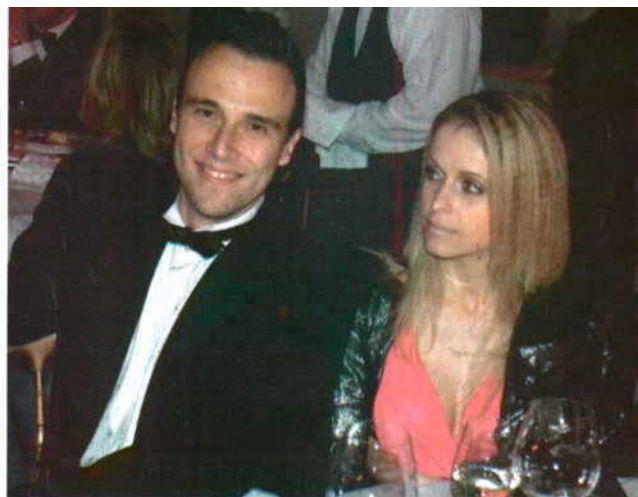


Cinha Jardim

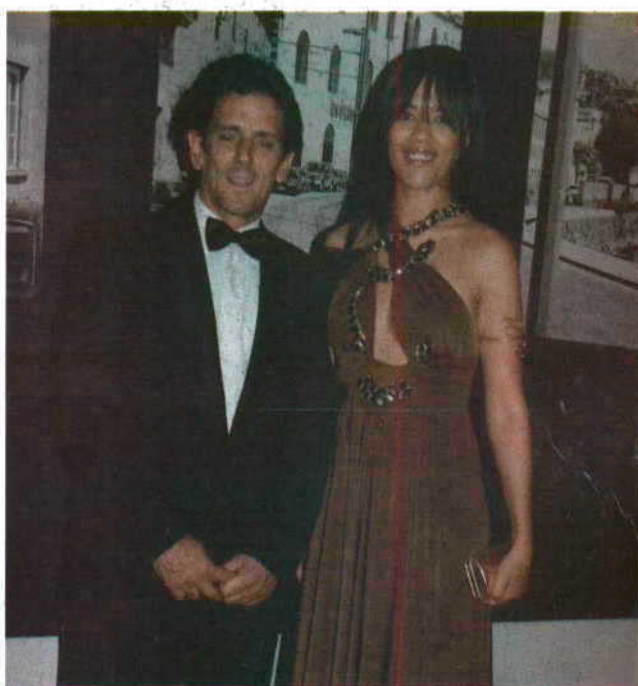




Vicky Fernandes e Maria Manuel Cyrne



Nelson Rósado e Sílvia Requeijo



Miguel Pessanha e Andreia Calixto



Piedade e Miguel Polignac de Barros



Embaixadores do Luxemburgo







**VIOLÊNCIA. Mais de 7 mil queixas**

Mais de sete mil pessoas apresentaram queixa na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima em 2007 e a maioria eram mulheres (87%), revelou ontem a Renascença. Cada vez mais existem casos a afectar crianças e idosos.





**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA –**  
Pelo menos uma criança e um idoso foram vítimas de violência em cada dia de 2007, ano em que recorreram à Associação de Apoio à Vítima (APAV) 6.130 mulheres e 858 homens, segundo dados da instituição. Das 7.041 pessoas que recorreram à instituição em 2007, a maioria eram mulheres (87 por cento), que continuam a ser as mais visadas em termos de vitimação, apesar de estar a aumentar a percentagem de homens vítimas de crime. Em declarações à Agência Lusa, o secretário-geral da Associação de Apoio à Vítima, João Lázaro, adiantou que o número de homens vítimas de violência doméstica tem "vindo a aumentar de ano para ano".



Durante o ano de 2007

# Violência doméstica atingiu uma criança e um idoso por dia

Pelo menos uma criança e um idoso foram vítimas de violência em cada dia de 2007, ano em que recorreram à Associação de Apoio à Vítima (APAV) 6.130 mulheres e 858 homens, segundo dados da instituição.

Das 7.041 pessoas que recorreram à instituição em 2007, a maioria eram mulheres (87 por cento), que continuam a ser as mais visadas em termos de vitimação, apesar de estar a aumentar a percentagem de homens vítimas de crime.

Em declarações à Agência Lusa, o secretário-geral da Associação de Apoio à Vítima, João Lázaro, adiantou que o número de homens vítimas de violência doméstica tem

«vindo a aumentar de ano para ano».

Em 2005, os homens representavam 10 por cento das vítimas, número que subiu para 11 por cento em 2006 e 12 por cento em 2007.

As crianças representam 7,2 por cento do total das vítimas e os idosos 7,6 por cento, refere a APAV, acrescentando que, entre 2000 e 2007, a instituição recebeu 3.459 pessoas idosas vítimas de crime.

Segundo a instituição, 506 crianças com menos de 17 anos foram vítimas de crime durante o ano passado, mais 44 que em 2005 (9,6 por cento).

No que respeita aos idosos, a APAV registou um aumento de 20,4 por cento num ano,

tendo passado de 545 vítimas de crime em 2006 para 656 em 2007.

A maioria das vítimas (417) tinha idades compreendidas entre os 65 e 75 anos, seguindo-se a faixa etária dos 76-85 anos, com 193 casos, e a dos mais de 86 anos (46 casos).

Relativamente ao total de crimes assinalados, entre 2006 e 2007 também se verificou um aumento, tendo passado de 1.077 para 1.245 crimes (mais 15,6 por cento).

Os dados indicam que os maus-tratos psíquicos lideram o número de crimes (340), seguindo-se os maus-tratos físicos, as ameaças/coacção (177) e difamação/injúrias (155).

João Lázaro explicou que

estes números mantêm a tendência de aumento de violência contra idosos, uma população «particularmente vulnerável».

«Os idosos são a população mais difícil de fazer intervenção devido às leis», justificou, adiantando que a violência sobre os mais velhos é, muitas vezes, cometida nas instituições ou na família, sendo muito difícil chegar à vítima e obter a confirmação do pedido.

O responsável adiantou que as vítimas chegam à APAV através de familiares, amigos ou através da sinalização feita por instituições, como as forças policiais ou a Segurança Social.

Redacção/Lusa





## Balanço

## Violência doméstica vitimou uma criança e um idoso/dia

Pelo menos uma criança e um idoso foram vítimas de violência em cada dia de 2007, ano em que recorreram à Associação de Apoio à Vítima (APAV) 6.130 mulheres e 858 homens, segundo dados da instituição.

Segundo a APAV, 506 crianças com menos de 17 anos foram vítimas de crime durante o ano passado, mais 44 do que em 2005 (9,6%). No que toca aos idosos, registou-se um aumento de 20,4% num ano, tendo passado de 545 vítimas em 2006 para 656 em 2007.

O secretário-geral da APAV, João Lázaro, citado pela agência Lusa, adiantou que a violência sobre os mais velhos é, muitas vezes, cometida nas instituições ou na família, sendo difícil chegar à vítima e obter a confirmação do pedido.

**Elas.** Apesar do aumento da violência sobre os idosos, João Lázaro afirmou que as mulheres continuam a ser as maiores vítimas de agressão, registando-se o maior número de casos na faixa etária entre os 26 e os 55 anos (47,9%).



UMA CRIANÇA E UM IDOSO RECORREM À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA POR DIA

# Queixas aumentaram em 2007

Apesar de as mulheres continuarem a ser as principais vítimas de violência doméstica, os números têm vindo a aumentar em crianças, idosos e homens. Segundo a APAV, no ano passado foram vítimas 6.130 mulheres, 858 homens, 506 crianças com menos de 17 anos e 656 idosos.

Pelo menos uma criança e um idoso foram vítimas de violência em cada dia de 2007, ano em que recorreram à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima 6.130 mulheres e 858 homens, segundo dados da instituição. Das 7.041 pessoas que recorreram à APAV, a maioria eram mulheres (87 por cento), que continuam a ser as mais visadas em termos de vitimação, apesar de estar a aumentar a percentagem de homens vítimas de crime. O vice-presidente da APAV, João Lázaro, adiantou que o número de homens vítimas de violência doméstica tem "vindo a aumentar de ano para ano". Em 2005, os homens representavam dez por cento das vítimas, número que subiu para 11 por cento em 2006 e 12 por cento em 2007. As crianças representam 7,2 por cento do total das vítimas e os idosos 7,6 por cento, refere a APAV, acrescentando que, entre 2000 e 2007, a instituição recebeu 3.459 pessoas idosas vítimas de crime. Segundo a instituição, 506 crianças com menos de 17 anos foram vítimas de crime durante o ano passado, mais 44 que em 2005 (9,6 por cento).

No que respeita aos idosos, a APAV registou um aumento de 20,4 por cento

num ano, tendo passado de 545 vítimas de crime em 2006 para 656 em 2007. A maioria das vítimas (417) tinha idades compreendidas entre os 65 e 75 anos, seguindo-se a faixa etária dos 76-85 anos, com 193 casos, e a dos mais de 86 anos (46 casos). Relativamente ao total de crimes assinalados, entre 2006 e 2007

também se verificou um aumento, tendo passado de 1.077 para 1.245 crimes (mais 15,6 por cento). Os dados indicam que os maus-tratos psíquicos lideram o número de crimes (340), seguindo-se os maus-tratos físicos, as ameaças/coacção (177) e difamação/injúrias (155). João Lázaro explicou que estes números mantêm a tendência de aumento de violência contra idosos, uma população "particularmente vulnerável". "Os idosos são a população mais difícil de fazer intervenção devido às leis", justificou, adiantando que a violência sobre os mais

velhos é, muitas vezes, cometida nas instituições ou na família, sendo muito difícil chegar à vítima e obter a confirmação do pedido.

O responsável adiantou que as vítimas chegam à APAV através de familiares, amigos ou através da sinalização

feita por instituições, como as forças policiais ou a Segurança Social. "Muitas vítimas vêm com sinais de violência e de risco", afirmou João Lázaro. Para o vice-presidente da APAV, esta é uma área em

que existe uma "enorme necessidade de mais meios legais, de formação e sensibilização dos profissionais, nomeadamente os de saúde, que são peças fundamentais para diagnosticar estes casos".



Violência doméstica continua a vitimar mais mulheres





16:34 Qua 30 Abr 2008

Pesquisa

em

toda a TVI

OK

## mediacenter



**PSD: Ferreira Leite é candidata**



**Grupo invade esquadra da PSP**

→ Miguel Sousa Tavares

→ António Perez Metelo

TVI de A - Z

Qua Qui Sex Sab Dom Seg Ter

## hoje

no ar: **As Tardes da Júlia**

17:00 Quem Quer Ganha

18:15 Morangos com Açúcar

19:15 Morangos com Açúcar

20:00 Jornal Nacional

## TVI EM DIRECTO

→ Converse no **Chat TVI**

→ e nos **Fóruns** também!

## informação

## programas

## comunidade

## mediacenter

## passatempos



2008-04-29 17:01

Violência

## Mais de 7 mil pessoas recorreram à APAV em 2007

Todos os dias pelo menos uma criança e um idoso foram vítimas de violência.

[ Última actualização às 17:01 do dia 29/04/2008 ]

[Comentar](#)

[Enviar por email](#)

[Imprimir](#)

[Mais notícias](#)

Todos os dias pelo menos uma criança e um idoso foram vítimas de violência em 2007. Os números foram divulgados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Mais de sete mil pessoas recorreram à APAV, no ano passado.

A faixa etária que mais sofre é os jovens que ainda não atingiram a maioridade. No caso dos idosos, a faixa etária mais agredida situa-se entre os 60 e os 75 anos.

As agressões físicas são muito frequentes. No entanto, os dados agora revelados demonstram que os maus-tratos psíquicos lideram o número de crimes. Nas cerca de sete mil pessoas que recorreram ao Apoio à Vítima no ano de 2007, a maioria refere que sofreu mais maus-tratos verbais.

Apesar de serem as mulheres as que mais são violentadas, esta estatística revela também que há cada vez mais homens a pedirem ajuda. Actualmente, os homens representam 12% das vítimas de violência doméstica.



Deste lado ↓

«O Tribunal de Amarante está a julgar, desde 4 de Março, [...], que é acusado pelo Ministério Público de homicídio qualificado da mulher [...]». Assim começava ontem mais uma notícia que li relacionada com violência doméstica, um crime que começa a ter cada vez maior atenção por parte dos *media*, em parte porque também os profissionais deste sector estão cada vez mais sensibilizados para este flagelo social.

Escrevo acerca disto hoje, porque acabam de ser divulgadas as últimas estatísticas da APAV – Associação de Apoio à Vítima, e porque tenho acompanhado um projecto da Cáritas de Braga relacionado com a violência doméstica.

«Das 7.041 pessoas que recorreram à instituição [APAV] em 2007, a maioria eram mulheres (87 por cento), que continuam a ser as mais visadas em termos de vitimação, apesar de estar a aumentar a percentagem de homens vítimas de crime», informou anteontem a Agência Lusa.

Com o projecto Atena pretende-se intervir na

## Homicídio... E por que não femicídio?



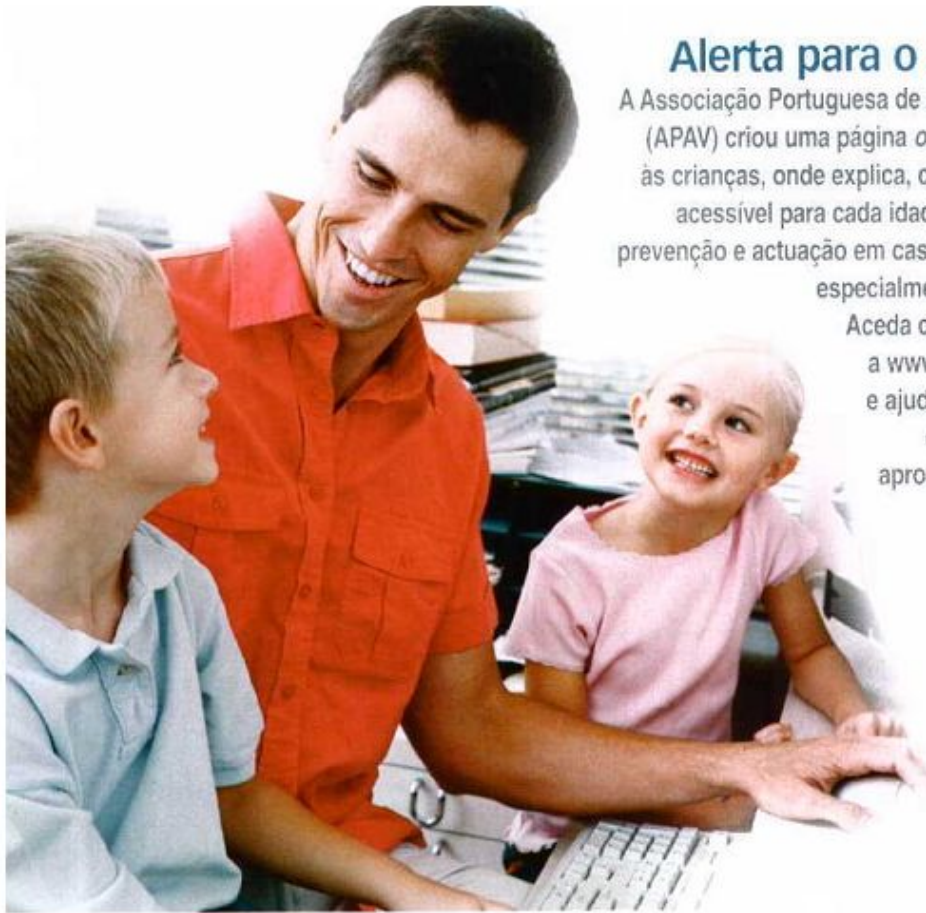
José Miguel Pereira

director@diariodominho.pt

área da violência doméstica, promovendo não só a mobilização de várias instituições (GNR, PSP, Segurança Social, Cáritas, APAV, Cruz Vermelha Portuguesa, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, etc.), mas também agilizar o processo de ajuda às vítimas – isto é, que cada um saiba o que deve fazer, fazendo apenas o que lhe compete e encaminhando para os locais certos. Entre eles, destaca-se o 144 (Linha Nacional de Emergência Social), muito elogiado pelas forças de segurança envolvidas neste projecto.

Foi precisamente entre estes elogios que ouvi a provocação: por que se diz/escreve "homicídio", em vez de "femicídio"? Digo provocação, porque nunca vi este termo nem nos jornais nem no dicionário que ontem abri. Mas ele já aparece na Net, por um lado para tentar definir o flagelo social crescente e preocupante que é a violência doméstica, em que a vítima é uma mulher, e, por outro lado, para dar passos gigantes na sensibilização e denúncia. Porque – como também foi dito nessa reunião de técnicos/as, citando uma poetisa portuguesa – «vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar». Em Espanha, não se diz «violência doméstica», diz-se «violência de género»; não se diz «violência», diz-se «terrorismo doméstico». Chocante? O efeito é mesmo esse.





## Alerta para o bullying

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) criou uma página *online* dedicada às crianças, onde explica, com linguagem acessível para cada idade, medidas de prevenção e actuação em caso de violência, especialmente na escola.

Aceda com o seu filho a [www.apav.pt/apavj](http://www.apav.pt/apavj) e ajude-o a perceber o problema... e aproveite para ficar esclarecido.



## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

## Cada vez há mais idosos vítimas de maus-tratos



Pelo menos uma criança e um idoso foram vítimas de violência em cada dia de 2007, ano em que recorreram à Associação de Apoio à Vítima (APAV) 6.130 mulheres e 858 homens, segundo dados da instituição. Das 7.041 pessoas que recorreram à instituição em 2007, a maioria eram mulheres (87 por cento), que continuam a ser as mais visadas em termos de vitimação, apesar de estar a aumentar a percentagem de homens vítimas de crime.

O secretário-geral da Associação de Apoio à Vítima, João Lázaro, adiantou que o número de homens vítimas de violência doméstica tem "vindo a aumentar de ano para ano". Em 2005, os homens representavam 10 por cento das vítimas, número que subiu para 11 por cento em 2006 e 12 por cento em 2007.

As crianças representam 7,2 por cento do total das vítimas e os idosos 7,6 por cento, refere a APAV, acrescentando que, entre 2000 e 2007, a instituição recebeu 3.459 pessoas idosas vítimas de crime. Segundo a instituição, 506 crianças com menos de 17 anos foram vítimas de crime durante o ano passado, mais 44 que em 2005 (9,6 por cento).

No que respeita aos idosos, a APAV registou um aumento de 20,4 por cento num ano, tendo passado de

545 vítimas de crime em 2006 para 656 em 2007. A maioria das vítimas (417) tinha idades compreendidas entre os 65 e 75 anos, seguindo-se a faixa etária dos 76-85 anos, com 193 casos, e a dos mais de 86 anos (46 casos).

Relativamente ao total de crimes assinalados, entre 2006 e 2007 também se verificou um aumento, tendo passado de 1.077 para 1.245 crimes (mais 15,6 por cento). Os dados indicam que os maus-tratos psíquicos lideram o número de crimes (340), seguindo-se os maus-tratos físicos, as ameaças/coacção (177) e difamação/injúrias (155).

João Lázaro explicou que estes números mantêm a tendência de aumento de violência contra idosos, uma população "particularmente vulnerável". "Os idosos são a população mais difícil de fazer intervenção devido às leis", justificou, adiantando que a violência sobre os mais velhos é, muitas vezes, cometida nas instituições ou na família, sendo muito difícil chegar à vítima e obter a confirmação do pedido.

O responsável adiantou que as vítimas chegam à APAV através de familiares, amigos ou através da sinalização feita por instituições, como as forças policiais ou a Segurança Social.

"Muitas vítimas vêm com sinais de violência e de risco", afirmou João Lázaro.

Para o vice-presidente da APAV, esta é uma área em que existe uma "enorme necessidade de mais meios legais, de formação e sensibilização dos profissionais, nomeadamente os de saúde, que são peças fundamentais para diagnosticar estes casos".

Apesar do aumento da violência sobre os idosos, João Lázaro afirmou que as mulheres continuam a ser as maiores vítimas de agressão, registando-se o maior número de casos na faixa etária entre os 26 e os 55 anos (47,9 por cento).

Mais de metade (51,5 por cento) das vítimas são casadas, seguindo-se as que vivem em união de facto e as solteiras, com cerca de 15 por cento cada.

Mais de 90 por cento das situações de violência doméstica registadas pela APAV em 2007, foram praticadas por homens com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos de idade (41,5 por cento).

Tal como as vítimas, a maioria dos autores do crime (55 por cento) era casada, 16,5 por cento vivia em união de facto e 8,4 por cento eram solteiros.

O contacto telefónico continua a ser o método mais escolhido para a de-

núncia de crimes pelas vítimas de violência (50,1 por cento). Habitualmente, é o próprio lesado que estabelece o contacto (67,8 por cento), mas os contactos estabelecidos por familiares (14 por cento) são de grande importância, uma vez que muitas vezes são estes que conseguem incentivar o utente a procurar ajuda junto das instituições de apoio, refere a APAV.

A GNR e a PSP contribuíram com cerca de 10 por cento para os encaminhamentos dos utentes, tendência que se tem mantido nos últimos anos. Os crimes de violência doméstica perfazem 87,2 por cento dos crimes assinalados, correspondente a 14.534 crimes, dos quais 32 por cento dizem respeito a maus-tratos psíquicos, 30 por cento a maus-tratos físicos e 17,3 por cento a ameaças ou coacção. Dos 7.041 casos de vitimação detetados em 2007, 4.128 (38 por cento) resultaram em queixas na PSP e na GNR.

Dos 4.128 processos judiciais, 1.809 estão a decorrer, 276 as vítimas desistiram da queixa, 163 foram arquivados. Em 46 processos os autores do crime foram condenados e em 27 foram absolvidos. Em 2007, a PSP e a GNR registaram quase 22 mil crimes de violência doméstica.





Solidariedade Jovens em risco escapam à contagem estatística

# Distrito aperta violência juvenil

Cristina Isabel Pereira  
cristina.pereira@sado2000.pt

António Luís  
antonio.luis@sado2000.pt

Intervir desde que uma criança ou jovem começa a apresentar indícios de comportamentos violentos pode ser a melhor solução para prevenir a violência juvenil. Mas, em Portugal, a falta de dados sobre o fenómeno e de articulação entre as várias entidades que apoiam estes jovens dificulta muitas vezes uma intervenção precoce. A associação de educação e inserção de jovens "Questão de Equilíbrio" quer inverter esta tendência, e está envolvida em vários projectos, nacionais e internacionais, com vista a conhecer melhor e prevenir a violência nos jovens.

O COORDENADOR das comissões de protecção de crianças e jovens em risco de Setúbal, Évora e Beja, Jorge Souto, dá um exemplo, que pode parecer exagerado: «uma criança indicia comportamentos violentos no primeiro ciclo, no segundo, no terceiro, no secundário, mas só é abordada no ensino superior e aí é presa. Quem devia ser preso é quem não interveio desde logo». O que acontece é que a situação não foge muito à realidade.

Desde logo pela falta de informação com que se depara quem tenta intervir com estes jovens e com as suas famílias, como aconteceu com a "Questão de Equilíbrio", que necessitou de recolher dados para os vários projectos em que está envolvida. O Ministério da Justiça não tem um sistema informatizado, ao nível do Instituto de Reinserção Social, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima dispõe apenas de dados gerais sobre a violência e a polícia tem informação sigilosa. Lembram Paula e Ricardo Martínez, os fundadores da associação.

Além disso, «é possível saber quantos jovens existem em cada centro de protecção, mas não é possível saber o seu percurso anterior, nem têm nenhum tipo de acompanhamento posterior», constata Ricardo Martínez. Por isso, as pessoas acabam por «custar ao erário público um valor muito



D.R.

**É possível saber quantos jovens existem em cada centro de protecção, mas não é**

**possível saber o seu percurso anterior, nem têm nenhum tipo de acompanhamento posterior**

## Problemas que começam na família

«AGORA as crianças amam o luxo, têm más maneiras, desvalorizam a autoridade, não mostram respeito pelos adultos e gostam de maltratar», Conrado Moya, professor da Universidade de Alicante, com a qual a "Questão de Equilíbrio" está envolvida no projecto "Menores que agredem os pais", recupera uma frase dita por Sócrates, 400 anos antes de Cristo, mas que se mantém actual.

A presidente da associação, Paula Martínez, alerta que «os jovens não nascem violentos, mas são muito violentados ao longo da vida». Começar por faltar à escola pode ser um sinal de que algo está mal. Acontece, «às vezes porque não têm condições, nem água, nem luz, não tomam banho, e sentem-se marginalizados, ou porque o pai bateu na mãe e ficam enervados. Isso é a gota de água para que comecem a ter comportamentos menos apropriados». À falta de condições e à violência na família, Paula Martínez

junta a «falta de barreiras, porque os jovens «não gostam de regras, mas têm necessidade delas».

Ricardo Martínez acrescenta ainda o afastamento dos adultos relativamente aos filhos, por vezes involuntário, mas que pode começar a ser sentido pela criança ainda na barriga da mãe, ou porque é indesejada, ou porque a família sabe que não vai ter condições para a criar. A situação piora quando «não há apoio à mãe e ao casal, ou quando o casal se desfaz e não há um apoio psicológico».

«A medida que os filhos se vão tornando mais difíceis, se os pais não tiverem acompanhamento técnico, vão-nos deixando cumprir a sua própria vontade, sem limites, e o jovem vai à procura dos seus próprios valores fora de casa, de forma descontrolada», sublinha. No entanto, ressalva que a responsabilidade por esta situação «não é só dos pais, é de toda a comunidade, que tem que prevenir estas situações e acompanhar os progenitores e é isto que tem faltado».

substantial, sem que tenhamos hipótese de saber se o que estamos a fazer é válido».

O problema da violência juvenil, e outros como a negligência ou o abandono escolar, têm muitas vezes origem na família. Nesse sentido, o concelho de Setúbal, juntamente com os de Lisboa, Amadora, Cascais e Sintra, integra uma experiência-piloto no país, o projecto NOP – Novas Oportunidades Parentais, que pretende precisamente resolver esses problemas, intervindo não junto das crianças e jovens, mas das famílias.

O projecto, apresentado durante o encontro "Quem Semeia Ventos... Colhe Tempestades" Contextos de Violência e Comportamentos Juvenis, que a "Questão de Equilíbrio" promoveu na terça-feira, está a ser implementado em parceria pela associação e pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Setúbal. A meta é apoiar 55 famílias cujas crianças estejam sinalizadas na comissão de Setúbal, durante três anos, o prazo de financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian.

A coordenadora do projecto, Ana Santos, explica que os técnicos vão «tentar perceber que competências é que as famílias detêm, e se existe possibilidade de as capacitar melhor, para prevenir a institucionalização das suas crianças». Nos casos em que as crianças já estão em instituições, a ideia é «poder integrá-las novamente na família».

«Vai ser difícil, vamos ter que ganhar a confiança das famílias, mas tendo em conta algumas técnicas já utilizadas pela "Questão de Equilíbrio", pensamos que o nosso trabalho está facilitado», prevê Ana Santos.

### Stop pelo equilíbrio

Um dos projectos internacionais em que a "Questão de Equilíbrio" está envolvida, este especificamente para a questão da violência juvenil, é o STOP – A carreiras desviantes. Trata-se de um projecto lançado pelo Ministério da Justiça de Itália, que envolve também a Alemanha, a Roménia e Portugal, representado pela associação.

Como esclarece a jurista Inês Carvalho Sá, através do contacto com centros de protecção e com as próprias prisões, vai tentar perceber-se até que ponto é que os jovens com comportamentos violentos são reincidentes. Daí que a "Questão de Equilíbrio" não tenha hesitado em aceitar o convite vindo de Itália, porque «percebendo qual é o processo que faz com que os jovens reincidam, consegue-se também perceber a eficácia dos centros de protec-



# Filhos que batem nos pais

APAV recebeu 390 denúncias. Agressividade dos jovens para com a família, amigos e colegas de escola está a aumentar

Por: Redacção   / AAS

Vota      Resultado      3 votos

  print  enviar  7  comentar

PUB Conta Viva até 5.000€, sem perguntas e burocracias



Em 2007, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu 390 denúncias de pais contra os filhos, escreve a edição de domingo do jornal *Correio da Manhã*. O número de queixas subiu 12 por cento em relação ao ano anterior, em que o total era de 349. Os actos agressivos de jovens com idades entre 18 e 25 anos já representam 20 por cento do total das denúncias registadas pela APAV.

Os dados da APAV mostram que a maior taxa de crescimento das agressões aos pais ocorreu entre os filhos com idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos, mas os adolescentes e os jovens adultos agredem também cada vez mais os progenitores. Em 2007, as agressões aos pais aumentaram 40 por cento nos filhos com idades entre 36 e 45 anos, 32 por cento nos filhos com idades entre os 18 e os 25 anos e 23 por cento entre os filhos com idade até aos 17 anos.

O tipo de agressões não são facilmente identificados pela APAV, mas Elsa Beja, especialista desta Associação, diz que regra geral se tratam de «maus tratos físicos e psicológicos». Elsa Beja explica que «as agressões de filhos a pais são um fenómeno transversal: não escolhe sexo, idade, estrato social», garantindo que atinge também «as classes mais

altas».

Os especialistas explicam este crescimento da taxa de agressividade dos adolescentes face aos pais com o «aumento do individualismo». Segundo Ana Vasconcelos, especialista em pedopsiquiatria, «os casais deixam de ter muitas vezes a preocupação em transmitir valores aos filhos».

## «É preciso assumir o problema da violência»

Em entrevista ao *Correio da Manhã*, Joana Marques Vidal, presidente da APAV, diz não estar certa se o número de casos sinalizados pode «corresponder à existência de um maior número de casos ou se é reflexo de uma maior consciência sobre esta realidade».

Joana Marques Vidal admite que o problema pode ser ainda mais grave, já que «não é fácil um pai ou uma mãe reconhecer que o seu filho é capaz de ter comportamentos daqueles. E ainda é mais difícil assumir a possibilidade de se queixarem à polícia e aos tribunais».

Uma das causas deste fenómeno, segundo a presidente da APAV, não é a falta de responsabilidade dos pais, mas a confusão entre «afecto e compreensão» e «permissividade e ausência de imposição de limites», «a recusa, justa, do autoritarismo, com falta de autoridade».

## Violência também aumenta nas escolas

Em 2007, a APAV registou uma subida nas queixas de agressões na escola. O número de casos a atinge os 39, o que mostra um acréscimo de nove casos face aos registados em 2006. Desse total de 39 agressões na escola destacam-se 12 entre colegas, quatro a conhecidos, dois a ex-namoradas. Segundo Elsa Beja, este aumento do número de casos de agressões nas escolas explica-se em parte pela maior noção por parte das pessoas de que este tipo de situações é considerada crime.

As queixas de agressões de pais aos filhos também aumentaram. Em 2007 a APAV registou 528 casos, face os 521 de 2006. Em 2005 a Associação contabilizou um total de 446 queixas deste tipo.

Vota      Resultado      3 votos

  print  enviar  7  comentar

## Última hora

Filtrar por:

última hora	+ lidos	+ votados	+ comentados
10:43   <b>Internacional</b> Combates em Bagdad fazem seis mortos			
10:41   <b>Desporto</b> Inglaterra: Chelsea pode «dar» título ao ManUtd esta tarde			
10:40   <b>Música</b> Fotos: 30 Seconds To Mars regressaram a Lisboa			
10:00   <b>Sociedade</b> Greve do metro: portuenses resignados, turistas aflitos			
09:52   <b>Economia</b>			

## citi Conta à Ordem

4%

- Sem custos nas transferências
- Sem montante mínimo de abertura
- Rápido, simples e sem burocracias

## Primeira Página



## Portugueses querem vida melhor

Rui Rio é «mau carácter»

Dividem-se os apoios no PSD

Cometeu «crimes monstruosos»

«Quem me dera que fosse 3ª feira»

Director da PJ quer todas as polícias juntas

Greve: portuenses resignados, turistas aflitos

## DOS LEITORES

**FÓRUM:** Concorda com a legalização da marijuana?

**BLOG:** Tom Mapother? Mapother?

**O MELHOR:** Noticia publicada na skynews



## DESPORTO

Espanha: Real sagra-se campeão



## CELEBRIDADES

«Hannah Montana» incomoda Disney



## CINEMA

Renée Zellweger prepara-se para filme sobre cancro



## MÚSICA

Fotos: 30 Seconds To Mars



Cadima recebeu sessão de esclarecimentos pela APAV

# Entre marido e mulher deve meter-se a colher

De todas as pessoas que recorrem à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), cerca de 86 por cento são vítimas de violência doméstica. Um dado mais do que suficiente para justificar a sessão de esclarecimentos que se realizou na última quinta-feira, 1 de Maio, na Casa Paroquial de Cadima, a que se junta a informação divulgada esta semana, de que desde o início do ano, 17 mulheres morreram vítimas deste tipo de crime.

► Regina Bilro

A violência doméstica não se resume à violência conjugal, embora seja este o quadro mais comum. É considerada igualmente violência doméstica a que é infligida a idosos e crianças por familiares ou outras pessoas que coabitam com a vítima.

Segundo Cláudia Mendes, a voluntária da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) responsável pela sessão de esclarecimentos "Como sair do silêncio", realizada na última quinta-feira, 1 de Maio, na Casa Paroquial de Cadima, a violência doméstica acontece desde sempre, embora só recentemente se tenha começado a falar dela. "Todos temos mitos e ideias pré-concebidas sobre a violência doméstica que é importante esclarecer", frisou.

Ideias como "quanto mais me bates, mais gosto de ti" ou "se eu te bato é porque gosto de ti", entre muitas outras, não podiam estar mais erradas. O amor não passa pelo recurso à violência.

Embora a APAV preste apoio a vítimas (e seus familiares) de todo o tipo de crimes, nomeadamente furto, homicídio, violação e outros crimes sexuais, discriminação racial ou étnica e abuso de autoridade, entre muitos outros, cerca de 86 por cento das pessoas que recorrem aos seus serviços são vítimas de violência doméstica. Destas, 75 por cento são alvo de violência continuada, isto é, encontram-se nessa situação num período que vai dos 10 meses aos 10 anos.

"Mas temos também

pessoas que são alvo de maus tratos desde há 20, 30 anos", acrescentou Cláudia Mendes.

Ficam no ar questões como "Como é que alguém pode consentir uma situação dessas durante tanto tempo?", a que a voluntária da APAV se dispôs a responder, fazendo uma caracterização das vítimas deste tipo de violência.

## Violência física, psicológica ou sexual

Dos casos de violência doméstica relatados à APAV, 88 por cento das vítimas são mulheres entre os 26 e os 45 anos. Destas 48,5 por cento são casadas.

Por outro lado, cerca de 90 por cento dos autores deste tipo de crime são do sexo masculino e têm entre 26 e 55 anos.

Cláudia Mendes esclarece que a idade dos agressores e das vítimas é cada vez menor. No que diz respeito à violência conjugal, há cada vez mais casos em que ela começa ainda no namoro.

Entenda-se violência doméstica, não apenas como violência física, mas também violência psicológica ou sexual.

Apesar da maioria dos casos de violência conjugal que chega à APAV dizer respeito a mulheres, a verdade é que também existem homens vítimas deste tipo de violência que, acrescente-se, não é exclusiva dos casais heterossexuais.

"Os homens têm mais dificuldade em admitir que são alvo de violência doméstica, temendo que isso ponha em causa a sua masculinidade", esclare-



A sessão de esclarecimentos realizou-se na Casa Paroquial de Cadima

ceu a representante da associação.

A vergonha, a existência de filhos, a dependência económica e a dependência emocional são algumas das razões que fazem com que as vítimas deste tipo de crimes tenham dificuldade em apresentar queixas contra os seus agressores. A maioria só o faz quando a situação atinge uma tal dimensão que se torna impossível de aguentar. Por essa razão, a APAV quer sensibilizar não apenas vítimas, mas todas as pessoas que têm conhecimento da existência de situações de violência doméstica, a que as denunciem.

## Não passar do oito para o oitenta

"As pessoas que são vítimas de crime, muitas vezes não sabem, ou têm dúvidas sobre o que fazer", afirmou Cláudia Mendes.

Presente em 15 cidades de norte a sul do país, Coimbra inclusive, a APAV presta apoio emocional, jurídico, psicológico e social a quem é vítima de crime e aos seus familiares, desenvolvendo um processo de apoio qualificado.

Os serviços de apoio prestados a cada vítima são gratuitos e confidenciais.

"Não podemos generalizar e dizer que dar uma bofetada é cometer um crime de violência doméstica", defendeu a representante da APAV, referindo-se à violência contra crianças. Segundo ela, é necessário saber qual o limite

nientemente, por exemplo, pode estar a ser vítima de violência doméstica", acrescentou.

O mesmo acontece no caso dos idosos.

"Há obrigatoriedade dos filhos cuidarem dos seus idosos", defendeu Cláudia Mendes, acrescentando que "não prestar assistência também é crime".

Da mesma forma, a exploração material ou financeira, nomeadamente em casos em que os herdeiros reclamam a herança com os pais ainda em vida e os deixam sem o mínimo para viver dignamente, também é violência doméstica.

"Não podemos deixar para amanhã o que podemos fazer hoje", terminou a representante da APAV, salientando a importância da participação deste tipo de crimes. ■





## Violência de género

LEONEL DE CASTRO



**Violência** poderia ser travada com rede de alertas nos locais de trabalho da mulher ou nas escolas

# Associação quer indemnizar órfãos

- ONG preferiam "operacionalização" das leis em vigor a nova legislação
- Reclamam definição de uma estratégia nacional para atacar "pandemia"

**Alexandra Inácio**

**A** Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV) defende o pagamento de indemnizações aos filhos das mulheres assassinadas por violência doméstica. O sistema social fica encarregue de lhes dar "amparo" mas para Margarida Medina Martins essa compensação é um direito dos órfãos pelo Estado ter sido incapaz de lhes proteger as mães.

A desresponsabilização das entidades estatais pelas vítimas de violência doméstica foi ontem criticada por três ONG's – além da AMCV, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Associação "O Ninho" – ouvidas por uma subcomissão parlamentar no âmbito do trabalho na

especialidade do projecto de lei do BE sobre a protecção contra a violência de género. O projecto pressupõe a criação de Unidades Especiais para a Violência de Género, "que funcionarão junto de cada tribunal de instrução criminal, afim de procederem à recepção das denúncias e tomarem as providências adequadas".

Mais do que nova legislação, as ONG's preferiam uma "operacionalização" das leis em vigor. João Lázaro, da APAV, defende equipas multidisciplinares que apoiem as decisões para que deixem de ser díspares em relação a uma mesma situação factual. A APAV também considera que devia ser criada um instrumento jurídico similar à providência cautelar que pudesse afastar agressor da vítima de forma mais célere, pois as actuais medidas de coacção só podem ser aplicadas

ao agressor constituído arguido.

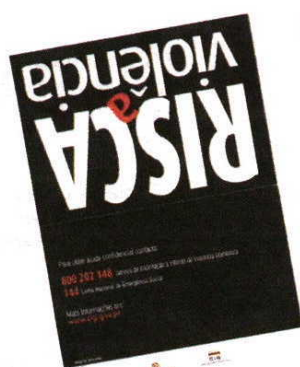
A violência doméstica "é uma pandemia como a gripe das aves e tem de ser resolvida como tal"; com uma estratégia nacional, insistiu Margarida Martins. "O país precisa de um mapa para a violência doméstica"; as ONG's no terreno devem ser acreditadas e todas as entidades devem trabalhar em rede, defendeu, criticando a falta de especialização de juizes e magistrados. "É como sermos operados por médicos de clínica geral".

"Os tribunais não devem estar sozinhos", por exemplo, "se se trabalhasse em rede as escolas das crianças lançariam o alerta se o agressor fosse lá, o mesmo em relação ao local de trabalho da mulher. O problema não seria só da mulher mas da comunidade que se envolveria na sua protecção", argumentou. <



# A violência no casamento começa no namoro

Desde que o ano começou, pelo menos 17 mulheres foram mortas por namorados, maridos ou ex. Quase um terço tinha entre 20 e 25 anos. Nas escolas, já se distribuem testes para medir a violência nas relações amorosas



## Andreia Sanches

● Começa a namorar e ele diz-lhe que gosta de ir buscá-la ao trabalho. Todos os dias à mesma hora lá está ele. À espera. Ela sente-se "lisonjeada e acarinhada" com a atenção diária do namorado. Até àquela tarde em que se atrasa cinco minutos e ele fica impaciente. Discutem. A cena começa a repetir-se. Sempre que há um atraso há também uma discussão que, com o passar do tempo, tende a ser mais feia, mais violenta. Ele continua a ir buscá-la.

Também é simpático que ele diga que gosta de ir às compras com ela. Mas é menos simpático quando ele começa a escolher-lhe as roupas, a proibi-la de usar batom ou de vestir uma camisola com um decote mais ousado. "Estas situações acontecem com raparigas de 18, 20 anos", diz Elisabete Brazil, presidente da direcção da União de Mulheres Resposta e Alternativa (UMAR), uma organização não governamental que presta apoio a vítimas de

violência doméstica. E acontecem, frequentemente, no namoro, muito antes da relação se tornar mais séria. Estes são apenas exemplos de relatos que se repetem quando as técnicas da UMAR ouvem as mulheres que as procuram.

Mesmo as mais velhas começam muitas vezes por dizer que o seu companheiro era amável e doce no início da relação. E que foram os anos que o tornaram violento. Mas não é raro que numa entrevista mais aprofundada as mesmas vítimas acabem por contar episódios que aconteceram "quando eram apenas namorados" e que, afinal, vistas bem as coisas, continham em si sinais de alerta que foram ignorados.

Outro relato que quem trabalha na UMAR ouve com frequência: "Primeiro ele diz que não gosta bem ela fale com aquela amiga, porque aquela amiga não é boa para ela. Depois ele diz-lhe que não gosta da vizinha. E mais tarde já é com a própria mãe dela que ele não quer que ela fale porque 'é uma má influência'... às tantas, a mulher já

só fala com o seu companheiro, não se dá com mais ninguém, está só", diz Elisabete Brazil. "Muitas contam também que o companheiro lhes liga a toda a hora para saber onde estão, com quem estão... O telemóvel é um instrumento de controlo."

## Dados longe da realidade

Segundo a UMAR, só no primeiro trimestre deste ano, 17 mulheres foram mortas por namorados, maridos ou ex-companheiros e outras 11 foram alvo de tentativa de homicídio. Quase um terço das vítimas tinha entre 20 e 25 anos. "Temos as idades mais jovens de sempre. Nos outros anos encontrávamos vítimas com 25 ou mais anos. Agora temos vítimas com menos de 20 anos", continua Elisabete Brazil. O grau de violência usado nos homicídios impressiona. "As vítimas são alvo de um sofrimento terrível, golpes parciais no corpo, machadadas, coisas assim..."

E tudo leva a crer que o número de homicídios conjugais vai este

ano ser bem maior do que no ano passado, quando a organização contabilizou 21 casos em 12 meses. Em 2006 tinham sido 43; em 2005, 39; em 2004, um total de 47.

Recolhidos através de uma análise às notícias publicadas na imprensa nacional, regional e local, estes números têm que ser lidos com alguma cautela - a pesquisa da UMAR não permite saber, por exemplo, se um homem que é apontado na imprensa como suspeito de homicídio é, depois, condenado em tribunal - mas merecem atenção, diz Elza Pais, presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), uma estrutura integrada na Presidência do Conselho de Ministros. Mais: "Estarão, seguramente, aquém da realidade." Porque nem todos os crimes de violência doméstica são noticiados.

Contudo, dados mais rigorosos não abundam. Sabe-se que em 2006 havia nas cadeias portuguesas 212 detidos por homicídio conjugal (16,4

por cento dos homicidas presos). E que dez anos antes eram menos: 150 (15,1 por cento dos homicidas detidos). Mas além do que dizem estes "apanhados" pontuais, explica Elza Pais, não se sabe muito mais.

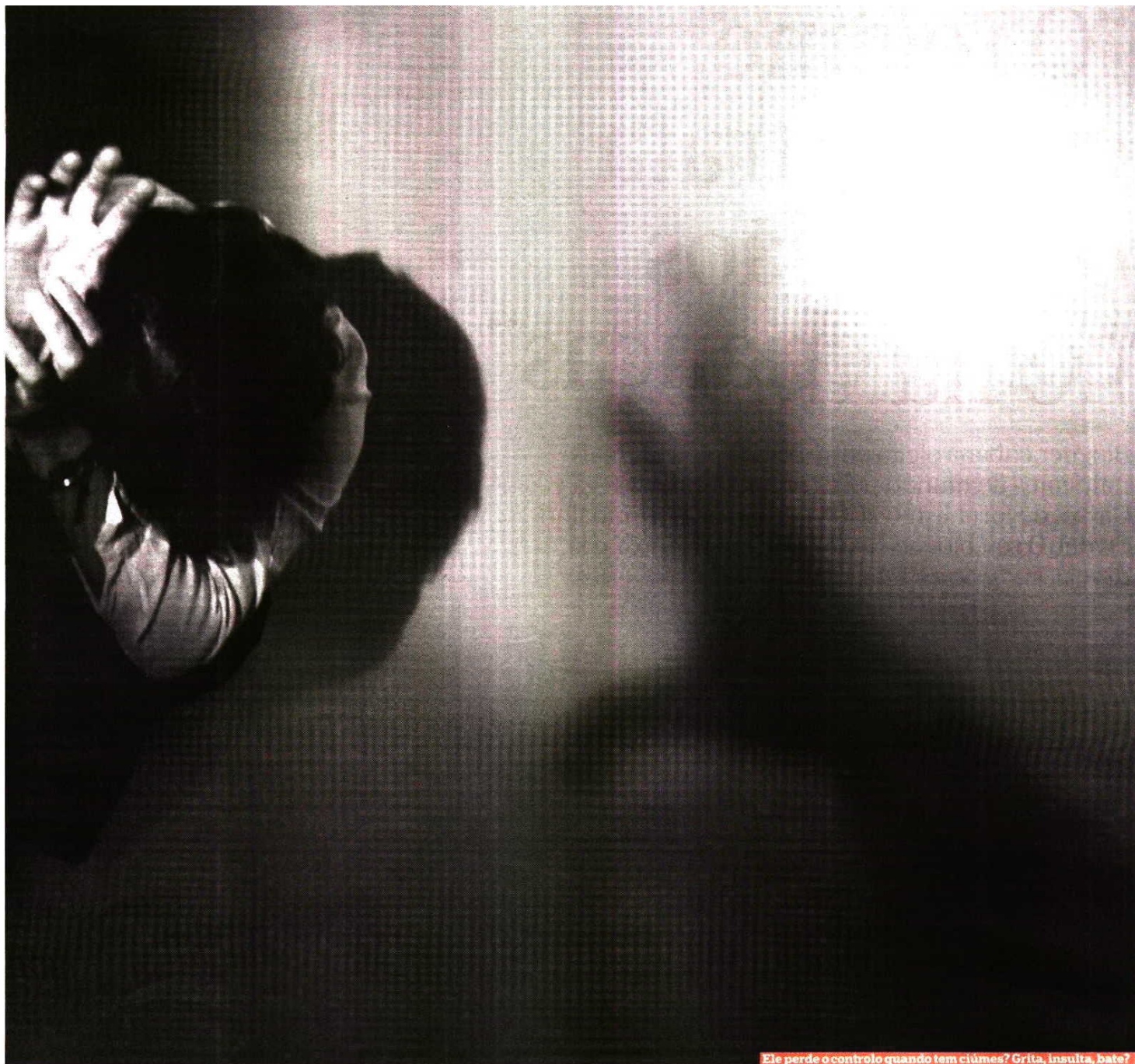
As estatísticas do Ministério da Justiça não discriminam qual a relação entre as vítimas de homicídio e os homicidas, lamenta a presidente da CIG que acredita que, em breve, a situação será corrigida. Para já, a socióloga, autora de um estudo sobre homicídio conjugal, diz que a comparação entre a população prisional de 1996 e a de 2006 parece não deixar grandes dúvidas: "Enquanto os homicídios em geral estão a diminuir, os homicídios conjugais estão a aumentar."

## Faça o teste à sua relação

Todos os especialistas concordam que a violência doméstica - que no ano passado levou milhares de mulheres a queixar-se à polícia (PSP e GNR registaram 22 mil crimes e em 86 por cento dos casos as vítimas são do sexo feminino) - começa







Ele perde o controlo quando tem ciúmes? Grita, insulta, bate?

**"Muitas contam que o companheiro lhes liga a toda a hora para saber onde estão, com quem... O telemóvel é um instrumento de controlo"**

muitas vezes na fase do namoro. "A nossa próxima campanha vai ter como alvo precisamente o grupo dos jovens porque temos identificado um aumento da violência nesta faixa etária", diz Elza Pais.

Um estudo da CIG que aborda o tema será divulgado em breve. E nas escolas circulam há meses brochuras onde os alunos são convidados a fazer um teste para avaliar o grau de violência das suas relações amorosas.

Uma dúzia de questões são colocadas: "O(a) meu(minha) namorado(a): perde facilmente o controlo quando está ciumento(a)? Quer escolher os meus amigos ou

não me deixa ter amigos? Controla os meus movimentos e quer saber sempre onde e com quem estou? Faz-me sentir inseguro(o) ou com receio de dar a minha opinião? Ignora as minhas necessidades?" Mais: bate? Insulta? Humilha?

Quem tiver assinalado pelo menos quatro situações é aconselhado a procurar ajuda porque, informa a brochura, "a violência nas relações de intimidade não ocorre só entre pessoas casadas e não ocorre só entre parceiros que viveram ou vivem juntos".

A questão é: quais são os sinais de alerta a que as mulheres devem estar atentas? Como identificar um namorado que pode vir a ser um companheiro violento, eventualmente um homicida?

#### Romantizar os sinais

Um marido violento, um homem capaz de assassinar a mulher, "não se distingue pela cara", diz Elisabete Abrunhosa Gonçalves, doutorada em Psicologia. "Sabemos que há factores de risco, como certas características de personalidade - como a baixa

capacidade de auto-controlo e de tolerância à frustração - quando conjugados com factores de ordem mais social", começa por dizer Rui Abrunhosa Gonçalves, doutorado em Psicologia.

O professor, que trabalha com agressores na Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça da Universidade do Minho, exemplifica: estes homens acreditam que a mulher "é alguém que tem que lhes obedecer"; têm, frequentemente, atitudes sexistas e uma grande incapacidade de aceitar a diferença; "eventualmente, mascaram isso no início da relação"; "ficam aborrecidos se a mulher sai com as amigas, têm ciúmes, e as mulheres tendem a romantizar essas atitudes, a pensar que se é assim é porque eles gostam delas".

As manifestações de que algo está mal tendem a tornar-se mais evidentes: "As mulheres batidas relatam quase sempre episódios de insultos, de achincalhamento e humilhação", continua Rui Abrunhosa Gonçalves.

"Não sabemos quando é que um marido violento se pode tornar um homicida", diz, por seu lado, Elisabete Gonçalves, "mas as equipas multidisciplinares da UMAP entendem, por exemplo, que se as agressões passam a ser mais frequentes e cada vez mais severas, o risco de homicídio pode existir e temos o dever de informar as mulheres que nos procuram de que esse risco existe".

#### Número para tirar dúvidas

"Não quer dizer que sempre que há sinais de violência ou de falta de respeito estejamos perante um potencial homicida", sublinha Joana Marques Vidal, procuradora-geral adjunta e presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

"Mas acho que há comportamentos que as mulheres não podem permitir. Não podem pactuar com agressões físicas, não podem arranjar desculpas. 'Ele estava tão nervoso' ou 'Ele tinha bebido...', porque a tendência é para que

haja de facto uma escalada. É preciso estar atento aos insultos, aos palavrões, às manifestações de menosprezo."

E depois? O que fazer? "Numa primeira fase a mulher deve procurar falar com outras pessoas, dirigir-se a gabinetes como os da APAV, por exemplo, para ter quem a ajude a perceber o que se está a passar. E para que possa tomar uma decisão, mesmo que seja a de ficar na relação. O que importa é que saiba todos os instrumentos que estão ao seu dispor", responde Marques Vidal. Há casas de abrigo, quase 400 salas de apoio nas esquadras da PSP e postos da GNR, uma rede de gabinetes de apoio em governos civis, câmaras municipais e ONG, diz Elza Pais.

E para os mais jovens, os que eventualmente tenham dúvidas sobre se estão ou não a ser vítimas dos seus namorados? Há uma forma rápida de obter respostas: "A linha verde está aberta 24 horas por dia", responde Elza Pais. O número é: 800202148.





## Testa a tua relação:

O teste que te propomos, vai ajudar-te a esclarecer se foste ou és vítima de violência no namoro.

### O(A) meu(minha) namorado(a)

- ☐ Perde facilmente o controlo quando está ciumento(a).
- ☐ Quer escolher os meus amigos ou não me deixa ter amigos.
- ☐ Controla os meus movimentos e quer saber sempre onde e com quem estou.
- ☐ Faz-me sentir insegura(o) ou com receio de dar a minha opinião.
- ☐ Ignora as minhas necessidades e os meus desejos.
- ☐ Torna-se violento(a) sem motivo aparente para tal.
- ☐ Quando fica zangado(a) atira e parte objectos, bate nas paredes.
- ☐ Quando fica zangado(a) grita, empurra-me, puxa-me o cabelo ou bate-me.
- ☐ Torna-se muito agressivo(a) quando não quero fazer o que ele(a) quer ou quando discordo dele(a).
- ☐ Humilha, insulta ou ridiculariza-me.
- ☐ Obriga-me a ter relações ou a praticar actos sexuais contra a minha vontade.
- ☐ Culpa-me frequentemente pelas situações de violência.

Se assinalaste pelo menos 4 opções, CONSULTA A ÚLTIMA PAGINA.

Partilha este teste com alguém que suspeites ser vítima de violência

**Antes de  
serem maridos  
violentos,  
eles são  
namorados  
violentos**  
Pág.4/5



# Queixas de violência doméstica aumentaram na Maia

Número de 2007 - 280 ocorrências - foi superior ao de 2006

Mulheres continuam a ser as principais vítimas

O número de queixas / denúncias, referentes a casos de violência doméstica, nas forças de segurança do concelho da Maia, em 2007, são superiores aos números registados em 2006. Ao todo, foram registadas 280 ocorrências.

O aumento das denúncias não está directamente relacionado com um crescimento dos crimes de violência doméstica, mas antes com o facto de existir uma maior informação por parte da sociedade e uma maior sensibilidade para a denúncia.

Do posto da GNR da Maia para o Núcleo Mulher Melhor de Matosinhos deram entrada 122 casos de violência doméstica, mais 33 do que em 2006.

Na esquadra da PSP da Maia foram denunciados 100 casos, dos quais 67 agressões físicas, 23 ameaças e 10 por injúrias/difamação. De salientar ainda que 15 dos casos de violência doméstica em 2007, ocorreram entre pais/filhos (4) e entre filhos/pais (11). Situações que, com a entrada em vigor do novo Código Penal, em Setembro do ano passado, deixaram de estar incluídas no crime de violência doméstica. Passaram a ser sinalizados como crime de maus-tratos.

De resto, a maior parte das agressões, físicas ou verbais, ocorreu entre cônjuges (61), entre companheiros (15), ex-cônjuges (7), ex-companheiros (2). Nos primeiros quatro meses de 2008, a PSP da Maia já recebeu 31 denúncias/queixas de violência doméstica, das quais, 23 agressões físicas e oito ameaças. Em 2006, naquela esquadra foram registadas 74 ocorrências.

Na PSP de Águas foram registadas 58 ocorrências, menos 12 que no ano transacto. Cinquenta e seis situações envolveram ofensas à integridade física, na forma simples, uma por ameaça/coacção e outra por difamação e injúrias. Nos primeiros quatro meses deste ano, a PSP de Águas Santas já tomou conta de mais 19 casos, 18 por ofensas à integridade física, e uma



*A prática do crime de violência doméstica, de forma reiterada ou não, pode levar a uma pena de um a cinco anos de prisão.*

se os indivíduos em união de facto e os solteiros.

A maioria das vítimas sofreu maus-tratos por parte do cônjuge ou companheiro (65,7%). A residência comum é o local onde mais frequentemente ocorrem os casos de violência doméstica, em cerca de 77 por cento das ocorrências.

## MULHERES ASSASSINADAS

Ainda no ano passado, e de acordo com os números do Observatório de Mulheres Assassinadas da União de Mulheres Alternativa e Respostas (UMAR), a violência doméstica levada ao extremo fez 24 vítimas mortais. Vinte e uma mulheres foram mortas pelos companheiros ou ex-companheiros, e três são vítimas associadas, que se meteram no meio da discussão - duas crianças e uma jovem de 21 anos.

No primeiro trimestre deste ano, foram 17 as mulheres assassinadas por violência doméstica. Dados divulgados esta semana e que apontam para um possível aumento do número de homicídios, em relação a 2007. Por isso, a UMAR alerta para a necessidade de uma maior atenção para esta questão, assim, como o aumento das acções de prevenção e um maior apoio técnico e profissional a todas as mulheres vítimas de violência doméstica.

Fernanda Alves

## Números da violência doméstica em 2007

**21** Mulheres assassinadas  
**14 534** Queixas na APAV  
**280** Denúncias na Maia

ameaça/coacção.

Em todas estas situações, as vítimas eram do sexo feminino. Até agora, não tem havido registo de situações mais graves, envolvendo homicídios ou tentativa de homicídios. Uma das situações consideradas mais graves até agora registadas ocorreu na área de jurisdição da PSP da Maia. Uma mulher, vítima de violência doméstica, saltou da janela de casa, juntamente com o filho de nove anos, quando

tentava escapar à fúria do marido que tinha acabado de arrombar a porta do quarto onde se tinham refugiado. Ambos sofreram ferimentos ligeiros.

De referir ainda que as queixas que chegaram às esquadras da PSP e GNR da Maia não são na sua totalidade da área de jurisdição daquelas forças de segurança. Por exemplo, no caso da PSP da Maia foram registadas ocorrências que tiveram lugar na área de jurisdição

da GNR da Maia ou mesmo fora do concelho.

## TOTAIS NACIONAIS

Dos 16 667 crimes registados pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) no ano passado, 14 534 referiam-se a crimes de violência doméstica. Deste total, foi possível dar seguimento judicial a 5944 casos de vítimas deste tipo de crime. Refira-se que a prática deste crime, de forma reiterada ou não, pode levar a uma pena de um a cinco anos de prisão.

Dentro deste crime está a prática de maus-tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais. Quando ocorre ofensa à integridade física grave, o autor pode ser punido com uma pena de prisão de dois a oito anos, e

de três a dez anos, em caso de morte.

Em 2007, a maior parte dos casos registados pela APAV respeitavam a maus-tratos psíquicos (4753), maus-tratos físicos (4331) e ameaças/coacção (2883). As mulheres continuam a ser as principais vítimas, cerca de 89,5 por cento, com idades entre os 26 e os 55 anos de idade (47,9 por cento). Mais de metade, são casadas, seguindo-se as que se encontram em união de facto e as solteiras.

Quanto aos autores dos crimes, mais de 90 por cento das situações de violência doméstica registadas pela APAV em 2007, foram praticadas por pessoas do sexo masculino e com idades entre os 26 e os 55 anos de idade. Em mais de 55 por cento dos casos, o autor era casado. Seguem-



## AGRESSÃO EM SINTRA

**Espancada  
pelo marido**

**U**ma mulher de 44 anos foi ontem de manhã brutalmente agredida pelo companheiro na residência onde habitam, em Sintra.

A vítima deu entrada no Hospital Amadora-Sintra pelas 8h00, segundo apurou o **24horas** junto de uma fonte policial. "Tinha a cara desfeita. A



agressão foi grave", descreveu a fonte.

O marido, presumível agressor, não foi detido por não ter sido apanhado em flagrante delito.

De acordo com a fonte policial contactada pelo **24horas**, a GNR de Sintra tomou conta do caso e a Associação de Apoio à Vítima (APAV) foi informada da situação.

O crime de violência doméstica, assim tipificado com o novo Código Penal, aumentou no ano passado.

Segundo o Relatório de Segurança Interna, GNR e PSP receberam 21.907 queixas durante 2007, mais 6,4 por cento que no ano anterior.

A maior parte dos crimes ocorreram entre cônjuges (81 por cento), sobretudo homens que agredem mulheres.

Apesar da ocorrência de ontem ter sido registada na área da GNR, o mesmo relatório dá conta que continua a ser na PSP que chovem mais queixas por maus tratos.

Marinho Pinto defendeu que violência deixasse de ser crime público

## APAV "perplexa" com declarações do bastonário dos Advogados sobre violência doméstica

14.05.2008 - 12h18 Lusa

A presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), Joana Marques Vidal, disse hoje ter ficado "perplexa" com as declarações do bastonário da Ordem dos Advogados, que ontem defendeu que a violência doméstica não devia ser crime público.

O bastonário Marinho Pinto afirmou no parlamento que a violência doméstica não deveria ser crime público, porque inviabiliza a desistência do processo, caso a vítima o deseje, noticia hoje a imprensa. "Lamento que Marinho e Pinto, enquanto bastonário da Ordem dos Advogados, manifeste esta opinião", contestou a presidente da APAV.

Joana Marques Vidal referiu que o fenómeno da violência doméstica é "extremamente grave e que o número de casos tem aumentado", acrescentando que a categorização destes actos como crime público está "sedimentada na sociedade" e que "quase de não vale a pena voltar a discutir o assunto". "O crime público (para os casos de violência doméstica) está interiorizado na comunidade e é sem dúvida um instrumento muito importante para que haja uma noção clara na comunidade de como aqueles comportamentos, atitudes e agressões são inadmissíveis", frisou.

Para a presidente da APAV "é fundamental que (o crime nos casos de violência doméstica) continue e que seja público". Joana Marques Vidal esclareceu, também, que o novo Código do Processo Penal - em vigor desde Setembro último - permite a suspensão provisória do processo a pedido da vítima. "No caso de as vítimas se arrependerem há mecanismos (na lei) que permitem alguma margem de manobra" para que o processo não chegue a julgamento, explicou.

A responsável pela APAV garantiu, sem conseguir quantificar, que existem vários casos de vítimas de agressões que evitam fazer queixa às autoridades e outras que, em determinado momento, as querem retirar.



Bastonário defende alteração à lei para que vítimas possam retirar a queixa



2 blogues ligam para este artigo

TWINGLY

**Crimes públicos**

RELATAR

Há 3 horas Vento Sueste

**Bastonário contra a Violência Doméstica**

RELATAR

Há 3 horas Activismo de Sofá





## ACADÉMICA LATERAL RECUPERA DE DORES MUSCULARES

## Pedro Costa no relvado

A Académica regressou ao trabalho num ambiente de pura descontração. Em relação aos três lesionados, apenas o lateral Pedro Costa já realiza trabalho de campo para recuperar de dores musculares. Pavlovic e Joeano ainda prosseguem os respectivos planos de recuperação.

Hoje, os jogadores da Académica vão participar numa acção de cariz social, na escola secundária Infanta D. Maria, em Coimbra, evento organizado por aquela instituição e destinado a ajudar Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Este compromisso levou o

treinador Domingos Paciência a alterar o treino para a parte da tarde.

Refira-se, entretanto, que a



Foto de RAUL CAROSO/ASF

Pedro Costa

Direcção da Biosa assinou ontem um protocolo com a marca OKI Printing Solutions, que deu início a uma parceria de três anos, durante a qual a empresa assume o fornecimento de equipamentos de electrónica, nomeadamente televisores, computadores, impressoras e projectores para a Academia Dolce Vita.

**RICARDO BUSANO**

### Boletim

#### LESIONADOS

Pavlovic, Joeano  
e Pedro Costa

#### CONDICIONADO

Pedro Costa

#### PROGRAMA

Treino, às 17 horas,  
na Academia Dolce Vita





PROCURADOR CRITICA PROPOSTA DE MARINHO PINTO PARA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

# "Ignorante e machista"



Texto • Rute Coelho  
rute.n.coelho@24horas.com.pt

O bastonário dos advogados, António Marinho Pinto, defendeu no Parlamento que a violência doméstica não deveria ser crime público, porque assim as vítimas não podem desistir do processo. "O bastonário é ignorante e machista", criticou Carlos Figueira, procurador do DIAP (Departamento de Investigação e Acção Penal) de Lisboa que há anos trabalha em casos de violência doméstica.

O facto de ser crime público, diz, "tem permitido intervir" e salvar vidas, até contra a vontade da vítima. E recordou o caso de Maria (nome fictício): há anos que levava tarefa do marido, até um dos vizinhos ter apresentado queixa na polícia. "Maria chorou no gabinete do Ministério Público (MP), pediu-nos para que a queixa fosse retirada".

Ao contrário "do que pensa o bastonário", referiu, "a lei prevê a suspensão provisória do processo, desde que o agressor não tenha já sido condenado por um crime igual". Era o caso do marido de Maria. No entanto, as lesões no corpo da-

Há vidas que têm sido salvas pelo facto de a violência doméstica ser um crime público. Alterá-lo seria uma catástrofe, alerta o procurador Carlos Figueira, que arrasa o bastonário dos advogados

Marinho Pinto (na foto pequena) defende que a violência doméstica deve deixar de ser crime público



quela mulher eram "demasiado graves" para o MP não investigar. "Fizemos recolha informal de prova e depois suspendeu-se o processo por dois anos". O marido agressor continuou a ser acompanhado pelo Instituto de Reinserção Social e o MP recebe relatórios frequentes do seu estado. "As

agressões pararam porque existiu a pressão do processo. Ele sabe que pode ficar sem a casa e ir para a rua", sublinhou Carlos Figueira.

Antes de o crime ser público, tinha de ser a vítima a apresentar queixa e, se ela desistisse, não havia mais nada a fazer. "Uma vez um marido agressor que estava preso em Cascais foi libertado porque a mulher desistiu da queixa", recordou.

O crime de violência doméstica tornou-se público mas ainda há muito por fazer. "Grande parte dos homicídios passionais acontecem depois de separações de casais em uniões de facto, ou seja, quando a mulher se junta com outro".

## Mulheres com escala de protecção pessoal

Também a presidente da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), a procuradora Joana Marques Vidal, ficou "perplexa" com a crítica do bastonário Marinho Pinto: "Lamento que, enquanto bastonário, ele manifeste essa opinião. Felizmente, desde que a violência doméstica se tornou crime público, o fenómeno é mais visível e o apoio as vítimas é maior".

O procurador Carlos Figueira dá a noção dos dramas da vida real: "Uma enfermeira arranhou uma escala de protecção no seu serviço - e como ela, há mais casos. Para cada dia do mês, a enfermeira tinha sempre um/a colega que a acompanhava a casa, porque o ex-marido a perseguia. Já havia seis ou sete queixas contra ele". Até há mulheres, contou, que deixam de estudar à noite com medo deles. ■

## factos



**INIBIDO.** O suspeito de ter atacado à faca a ex-mulher, no domingo, ficou obrigado pelo Tribunal de Leiria a apresentações diárias na GNR e inibido de visitar os filhos por 20 dias.

**SUBIDA.** Segundo dados da APAV, as mulheres continuam a ser as principais vítimas de violência doméstica - 87% dos casos que chegam à associação. O número de casos tem subido.





ID: 20767049

15-05-2008

# No distrito de Beja e, mais especificamente em Moura VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

## Uma destas 3 mulheres é vítima de violência



A solução passa por si.

**E**statisticamente a mulher aparece como vítima da violência doméstica em muito maior número do que o homem. Em geral, as agressões e maus tratos físicos são registados no íntimo do lar, para assim ficar encobertos e acontecem na sua predominância, nas classes financeiras mais baixas, sem excluir a classe média e a alta também com casos, mas as mulheres silenciam por vergonha e por medo de se exporem e à sua família. A violência praticada contra o homem, embora não seja muito comum, existe. No primeiro trimestre de 2008, em Portugal, já morreram 17 pessoas vítimas de violência doméstica e 11 sobreviveram a tentativas de homicídio. Os dados foram avançados pela UMAR, União de Mulheres Alternativa e Resposta, que refere que estes números são apenas dados prelimina-

res, sendo que os números reais levam mais tempo a serem revelados, por vezes até meses. Apesar de tudo, este é já um prenúncio de que há, de facto, um aumento dos homicídios no contexto da violência doméstica.

Para conhecer os números relativos à questão da violência doméstica no distrito de Beja e, mais especificamente em Moura, "A Planície" contactou o comissário Nuno Poiães, do comando distrital da Polícia de Segurança Pública de Beja, e também coordenador do Núcleo de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica do Distrito de Beja, que explicou que nos anos de 2005, 2006 e 2007 os números andaram mais ou menos na mesma média. No primeiro trimestre de 2008 verificou-se um ligeiro aumento, mas nada de significativo. O facto de ter sido criado o Núcleo de Atendimento à Vítima de Violência Do-

méstica pode aumentar os números, porque são registadas mais denúncias. Nuno Poiães fez ainda uma caracterização dos agressores que cometem este tipo de crimes, explicando que "...na sua maioria são os cônjuges.". O Núcleo de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica do Distrito de Beja começou a funcionar no passado mês de Abril. Deste núcleo fazem parte as seguintes entidades: o Governo Civil do Distrito de Beja, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o Instituto da Segurança Social, a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, o Centro de Saúde de Beja, a Moura Salúquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura e a Escola Superior de Educação de Beja. Este núcleo foi criado com o intuito de sinalizar os casos de violência doméstica e dar às vítimas o apoio necessário.

Ana Benedita, presidente da Moura Salúquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura, falou sobre o papel que a Associação tem no Núcleo de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica, da qual faz parte, declarando que "...a Associação assegura a formação do pessoal afecto ao Núcleo, orienta os estágios curriculares em serviço social e acompanha a integração social das vítimas e faz também a gestão dos apoios cedidos através do sistema de contabilidade.". Ana Benedita explicou, ainda, que com a criação do Núcleo é provável que mais denúncias sejam registadas, mas que agora as vítimas passam a ter um maior apoio, tanto psicológico, como jurídico e outro que se entenda ser necessário.





## Sociedade

# Violência Doméstica

## Um problema por resolver

Estatisticamente a mulher aparece como principal vítima da violência doméstica. Os números apresentados mostram um acréscimo, mas não traduzem a verdade dos factos, uma vez que muitos casos ficam encobertos por vergonha ou temor.

&gt;&gt; PÁG.3





## Presidente da APAV “perplexa”

A presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) disse ter ficado “perplexa” com as declarações do bastonário da Ordem dos Advogados, que defendeu que a violência doméstica não devia ser crime público.

Marinho e Pinto disse terça-feira no parlamento que a violência doméstica não deveria ser crime público, porque inviabiliza a desistência do processo, caso a vítima o deseje. “Lamento que Marinho e Pinto, enquanto bastonário da Ordem dos Advogados, manifeste esta opinião”, disse à Lusa a presidente da APAV, Joana Marques Vidal, adiantando ter ficado “perplexa” com as declarações.

“O crime público (para os casos de violência doméstica) está interiorizado na comunidade e é um instrumento muito importante para que haja uma noção clara na comunidade de como aqueles comportamentos, atitudes e agressões são inadmissíveis”, frisou Joana Vidal. ||



**ESCOLA D. MARIA** Torneio de futebol foi apadrinhado pela Académica

# Alunos jogaram pela APAV

A abordagem de temas fundamentais para a vida em sociedade tem servido para fomentar a reflexão na comunidade escolar. É o que está a acontecer na Escola D. Maria.

■ Lídia Pereira

“Nenhum homem é uma ilha, sozinho em si mesmo; cada homem é parte do continente, parte do todo (...)”. As palavras de John Donne, imortalizadas por Ernest Hemingway numa das suas mais extraordinárias obras – “Por quem os sinos dobram” –, são, talvez, dos mais belos hinos à humanidade e ao que humanidade significa. Alicerçada nessa condição, a solidariedade é, sem dúvida, o sentimento/acção que melhor explica e reflecte a condição que todos partilhamos.

Serve isto para dizer da importância que tem a abordagem séria e empenhada de temas tão fundamentais como aquele a que se propuseram algumas turmas da Escola Secundária Infanta D. Maria: no âmbito da área projecto, a escola incidiu sobre o tráfico de pessoas. O torneio de futebol que ontem aconteceu – apadrinhado pela Académica, clube a cumprir também o seu papel de “intervenção na comunidade”, como o referiu José Eduardo Simões –, serviu para reunir fundos destinados à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), delegação de Coimbra.

Ao DIÁRIO AS BEIRAS,



O PRESIDENTE e alguns atletas da Académica estiveram ontem na escola

Luís Fonseca, aluno do 12.º H e um dos organizadores da iniciativa, disse que o torneio de futebol teve como grande objectivo a angariação de fundos destinados à APAV. A escolha desta associação aconteceu a propósito do tema que está a ser desenvolvido no âmbito da área projecto, “O tráfico humano”.

Muito antes da organização

do torneio de futebol que ontem levou à comunidade escolar e serviu para promover o encontro de professores, alunos e convidados, alguns ilustres, como o presidente da Académica, José Eduardo Simões, e os atletas Pedro Roma, Luis Aguiar e Vitor Vinha – este a reunir a condição de antigo (“bom”) aluno da Escola D. Maria –, os jovens envolvidos no

debate da área projecto começaram por “descodificar” o tema “tráfico humano”, abordando a situação vivida em Portugal e na Europa, nomeadamente nos países mais próximos da realidade portuguesa.

E, confessou Luís Fonseca, apesar da “consciência” que já existia entre os alunos, foi a pesquisa que fizeram ao longo do ano que levou à real percepção da “gravidade” de um problema que é fundamental levar ao conhecimento e à denúncia de todos.

Responsável pela coordenação da área projecto, a professora Maria da Conceição Castro Pita referiu a “importância” da nova área curricular não disciplinar, em relação à qual existe ainda um “deficiente” entendimento. De facto, para a professora já com uma longa experiência lectiva, este tipo de abordagem de temas importantes como o que foi escolhido pelas turmas que ontem organizaram o torneio de futebol é fundamental para “o crescimento e a estruturação” da personalidade dos jovens alunos que tem a seu cargo, além de “lhes permitir a aproximação a um tipo de trabalho que irão encontrar brevemente no ensino superior”, agora com os métodos impostos por Bolonha.

## Novas instalações precisam-se

COM AS SOLICITAÇÕES e as iniciativas a aumentarem a cada ano, a Associação de Apoio à Vítima (APAV) em Coimbra defronta-se cada vez mais com a exiguidade do espaço onde funciona e que partilha com a Associação Integrar. Presente na cidade desde 1994, o Gabinete de Apoio à Vítima, que começou por funcionar provisoriamente na Junta de Freguesia de S. António dos Olivais, está desde então num pavilhão pré-fabricado em S. José. Para tentar resolver uma situação “cada vez mais complicada”, de acordo com Sónia Santos, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima, a APAV tem encetado alguns esforços junto da Câmara Municipal de Coimbra, que chegou a disponibilizar uma escola primária desactivada, situação inviabilizada desde logo porque implicava a realização de obras para as quais a associação não tem fundos. Entretanto, estão a desenvolver-se contactos junto de outras entidades, como o Governo Civil de Coimbra e alguns privados. A corresponder a uma tendência nacional, também no Centro a APAV viu crescer o número de solicitações: em 2007, entraram no Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra um total de 589 processos. Destes, 85 por cento dos casos correspondem a situações de violência doméstica, ainda que o trabalho da APAV não seja exclusivo desta área. Como salientou Sónia Santos, a associação empenha-se no apoio a todas as vítimas de crime, da violência escolar à violência rodoviária, passando pelos crimes patrimoniais, sobretudo com apoio psicológico. A este juntam-se outros dois tipos de apoio, o jurídico e o social, todos especializados, gratuitos e confidenciais, ministrados através de um grupo de voluntariado social.



**JOANA M. VIDAL**

## Perplexa com Marinho Pinto

■ A presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Joana Marques Vidal, diz-se "perplexa" com as declarações do bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho Pinto, o qual considerou anteontem no Parlamento que a violência doméstica não deveria ser crime público.

**ESCOLA D. MARIA** Torneio de futebol foi apadrinhado pela Académica

# Alunos jogaram pela APAV

A abordagem de temas fundamentais para a vida em sociedade tem servido para fomentar a reflexão na comunidade escolar. É o que está a acontecer na Escola D. Maria.

■ Lidia Pereira

“Nenhum homem é uma ilha, sozinho em si mesmo; cada homem é parte do continente, parte do todo (...).” As palavras de John Donne, imortalizadas por Ernest Hemingway numa das suas mais extraordinárias obras – “Por quem os sinos dobram” –, são, talvez, dos mais belos hinos à humanidade e ao que humanidade significa. Alicerçada nessa condição, a solidariedade é, sem dúvida, o sentimento/acção que melhor explica e reflecte a condição que todos partilhamos.

Serve isto para dizer da importância que tem a abordagem séria e empenhada de temas tão fundamentais como aquele a que se propuseram algumas turmas da Escola Secundária Infanta D. Maria: no âmbito da área projecto, a escola incidiu sobre o tráfico de pessoas. O torneio de futebol que ontem aconteceu – apadrinhado pela Académica, clube a cumprir também o seu papel de “intervenção na comunidade”, como o referiu José Eduardo Simões –, serviu para reunir fundos destinados à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), delegação de Coimbra.

Ao DIÁRIO AS BEIRAS,



O PRESIDENTE e alguns atletas da Académica estiveram ontem na escola

Luís Fonseca, aluno do 12.º H e um dos organizadores da iniciativa, disse que o torneio de futebol teve como grande objectivo a angariação de fundos destinados à APAV. A escolha desta associação aconteceu a propósito do tema que está a ser desenvolvido no âmbito da área projecto, “O tráfico humano”.

Muito antes da organização

do torneio de futebol que ontem levou à comunidade escolar e serviu para promover o encontro de professores, alunos e convidados, alguns ilustres, como o presidente da Académica, José Eduardo Simões, e os atletas Pedro Roma, Luís Aguiar e Vitor Vinha – este a reunir a condição de antigo (“bom”) aluno da Escola D. Maria –, os jovens envolvidos no

debate da área projecto começaram por “descodificar” o tema “tráfico humano”, abordando a situação vivida em Portugal e na Europa, nomeadamente nos países mais próximos da realidade portuguesa.

E, confessou Luís Fonseca, apesar da “consciência” que já existia entre os alunos, foi a pesquisa que fizeram ao longo do ano que levou à real percepção da “gravidade” de um problema que é fundamental levar ao conhecimento e à denúncia de todos.

Responsável pela coordenação da área projecto, a professora Maria da Conceição Castro Pita referiu a “importância” da nova área curricular não disciplinar, em relação à qual existe ainda um “deficiente” entendimento. De facto, para a professora já com uma longa experiência lectiva, este tipo de abordagem de temas importantes como o que foi escolhido pelas turmas que ontem organizaram o torneio de futebol é fundamental para “o crescimento e a estruturação” da personalidade dos jovens alunos que tem a seu cargo, além de “lhes permitir a aproximação a um tipo de trabalho que irão encontrar brevemente no ensino superior”, agora com os métodos impostos por Bolonha.

## Novas instalações precisam-se

COM AS SOLICITAÇÕES e as iniciativas a aumentarem a cada ano, a Associação de Apoio à Vítima (APAV) em Coimbra defronta-se cada vez mais com a exiguidade do espaço onde funciona e que partilha com a Associação Integrar Presente na cidade desde 1994, o Gabinete de Apoio à Vítima, que começou por funcionar provisoriamente na Junta de Freguesia de S. António dos Olivais, está desde então num pavilhão pré-fabricado em S. José. Para tentar resolver uma situação “cada vez mais complicada”, de acordo com Sónia Santos, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima, a APAV tem encetado alguns esforços junto da Câmara Municipal de Coimbra, que chegou a disponibilizar uma escola primária desactivada, situação inviabilizada desde logo porque implicava a realização de obras para as quais a associação não tem fundos. Entretanto, estão a desenvolver-se contactos junto de outras entidades, como o Governo Civil de Coimbra e alguns privados. A corresponder a uma tendência nacional, também no Centro a APAV viu crescer o número de solicitações: em 2007, entraram no Gabinete de Apoio à Vítima de Coimbra um total de 589 processos. Destes, 85 por cento dos casos correspondem a situações de violência doméstica, ainda que o trabalho da APAV não seja exclusivo desta área. Como salientou Sónia Santos, a associação empenha-se no apoio a todas as vítimas de crime, da violência escolar à violência rodoviária, passando pelos crimes patrimoniais, sobretudo com apoio psicológico. A este juntam-se outros dois tipos de apoio, o jurídico e o social, todos especializados, gratuitos e confidenciais, ministrados através de um grupo de voluntariado social.





Na Escola Infanta D. Maria

## Jogadores da Académica em torneio de beneficência

No âmbito de um projecto escolar, quatro alunos do 12.º ano da Escola Secundária Infanta D. Maria organizaram um torneio de futebol, no qual participaram cerca de 60 jovens daquele estabelecimento de ensino.

A Académica também se associou a este projecto escolar, tendo alguns jogadores e o presidente do clube marcado presença no evento realizado esta quarta-feira. Pedro Roma, Vítor Vinha e Luís Aguiar chegaram, inclusive, a comandar

três das equipas participantes.

O objectivo do torneio foi angariar fundos para as vítimas de tráfico humano, sendo que a verba recolhida será entregue ainda este mês à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. «Tivemos uma grande adesão por parte dos alunos e um bom acolhimento do projecto por parte da Académica, o que foi excelente, visto que o tráfico de pessoas atingiu uma enorme proporção nos últimos anos», referiu Filipa Simões, uma das



D.R.

Pedro Roma comandou uma das equipas

mentoras do projecto, adiantando que a recolha de verbas

«foi ótima», mas o projecto ainda não terminou.●



## Violência Doméstica

# APAV "perplexa" com declarações do bastonário dos Advogados

A presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) disse ter ficado "perplexa" com as declarações do bastonário da Ordem dos Advogados, que terça-feira defendeu que a violência doméstica não devia ser crime público.

O bastonário Marinho e Pinto disse terça-feira no parlamento que a violência doméstica não deveria ser crime público, porque inviabiliza a desistência do processo, caso a vítima o deseje, noticia hoje a imprensa.

"Lamento que Marinho e Pinto, enquanto bastonário da Ordem dos Advogados, manifeste esta opinião", disse hoje à Lusa a presidente da APAV, Joana Marques Vidal, adiantando ter ficado "perplexa" com as declarações.

A presidente da APAV referiu que o fenómeno da violência doméstica é "extremamente grave e que o número de casos tem aumentado", acrescentando que a categorização destes actos como crime público está "sedimentado na sociedade" e que "quase de não vale a pena voltar a discutir o assunto".

"O crime público (para os casos de violência doméstica) está interiorizado na comunidade e é sem dúvida um instrumento muito importante para que haja uma noção clara na comunidade de como aqueles comportamentos, atitudes e agressões são inadmissíveis", frisou.

Para a presidente da APAV "é fundamental que (o crime nos casos de violência doméstica) continue e que seja público".

Joana Marques Vidal esclareceu também que o novo Código do Processo Penal - em vigor desde Setembro último - permite a suspensão provisória do processo a pedido da vítima.

"No caso de as vítimas se arrependarem há mecanismos (na lei) que permitem alguma margem de manobra" para que o processo não chegue a julgamento, explicou.

A responsável pela APAV afirmou à Lusa, sem conseguir quantificar, existirem vários casos de vítimas de agressões que evitam fazer queixa às autoridades e outras que, em determinado momento, as querem retirar.





ID: 20713312

15-05-2008

# APAV “perplexa” com bastonário dos Advogados

A presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) disse ontem ter ficado “perplexa” com as declarações do bastonário da Ordem dos Advogados, que terça-feira defendeu que a violência doméstica não devia ser crime público.

O bastonário Marinho e Pinto disse terça-feira no parlamento que a violência doméstica

não deveria ser crime público, porque inviabiliza a desistência do processo, caso a vítima o deseje, noticiou ontem a imprensa.

“Lamento que Marinho e Pinto, enquanto bastonário da Ordem dos Advogados, manifeste esta opinião”, disse ontem à Lusa a presidente da APAV, Joana Marques Vidal, adiantando ter ficado

“perplexa” com as declarações.

A presidente da APAV referiu que o fenómeno da violência doméstica é “extremamente grave e que o número de casos tem aumentado”, acrescentando que a categorização destes actos como crime público está “sedimentado na sociedade” e que “quase de não vale a pena voltar a discutir o assunto”.

“O crime público (para os casos de violência doméstica) está interiorizado na comunidade e é sem dúvida um instrumento muito importante para que haja uma noção clara na comunidade de como aqueles comportamentos, atitudes e agressões são inadmissíveis”, frisou.

Para a presidente da APAV “é fundamental

que (o crime nos casos de violência doméstica) continue e que seja público”.

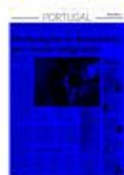
Joana Marques Vidal esclareceu também que o novo Código do Processo Penal - em vigor desde Setembro último - permite a suspensão provisória do processo a pedido da vítima.

“No caso de as vítimas se arrependerem há mecanismos (na lei)

que permitem alguma margem de manobra” para que o processo não chegue a julgamento, explicou.

A responsável pela APAV afirmou à Lusa, sem conseguir quantificar, existirem vários casos de vítimas de agressões que evitam fazer queixa às autoridades e outras que, em determinado momento, as querem retirar.





**Violência doméstica.** O bastonário da Ordem dos Advogados, António Marinho Pinto, defendeu na terça-feira que a violência doméstica não deveria ser crime público. Várias organizações que apoiam as vítimas deste tipo de crime estão indignadas e repudiam as declarações do bastonário

# Declarações do bastonário provocam indignação

**UMAR lembra que já morreram 17 mulheres em 2008**

ANA BELA FERREIRA

"A violência doméstica é um atentado aos direitos humanos e deve ser alvo de condenação social". Esta é a resposta de Manuela Tavares, presidente da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), às afirmações do Bastonário da Ordem dos Advogados, António Marinho Pinto, que na terça-feira defendeu que a violência doméstica não deveria ser crime público. A mesma organização, em comunicado, considera que as declarações do bastonário "primam pelo absurdo e constituem um retrocesso na luta pelos direitos humanos e na evolução das mentalidades".

A presidente da UMAR faz questão de recordar ao DN que "a passagem a crime público foi uma grande conquista". Para Manuela Tavares a posição de António Marinho Pinto é "incompreensível e inadmissível".

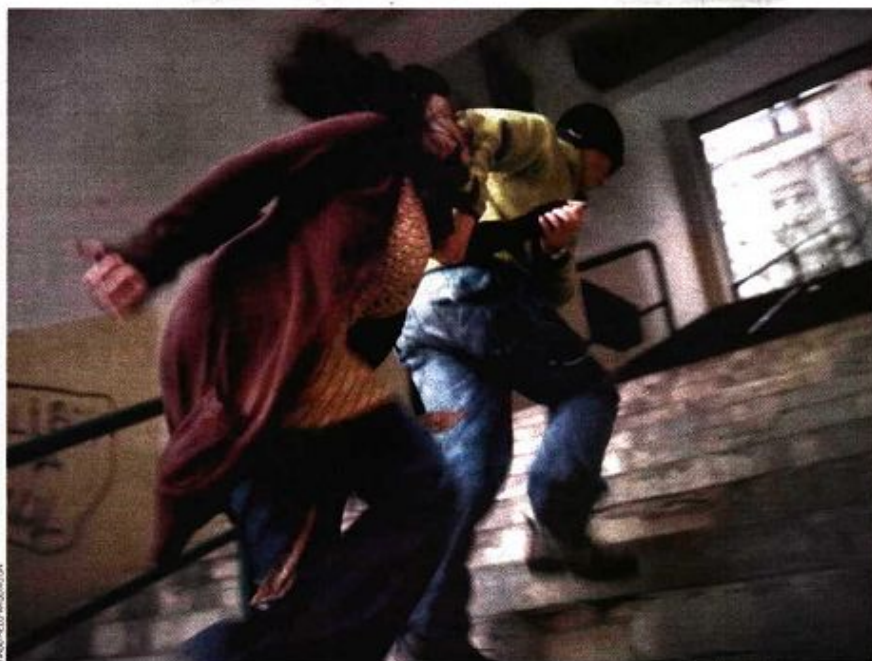
Já a presidente da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), Joana Marques Vidal, diz-se "perplexa", considerando que "o bastonário levantou uma questão sem haver motivos para o fazer". A violência doméstica "viola a dignidade da pessoa humana e é a não violação desse direito que o enquadramento de crime público defende", argumenta a responsável.

"A violência doméstica está descrita na lei como criminalidade violenta e atenta contra o Estado de direito português", alerta a presidente da Associação Portuguesa de Mulheres Juristas (APMJ), Teresa Féria. Esta associação mostrou, em comunicado, o seu "repúdio" em relação às declarações de Marinho Pinto.

O bastonário fez estas afirmações na Assembleia da República, que foram condenadas na generalidade por todos os grupos parlamentares. Ricardo Rodrigues, deputado do PS (partido que estava no Governo à data da passagem da violência doméstica a crime público, ver caixa) mostrou-se "muito admirado" com a opinião de Marinho Pinto.

O deputado frisa ainda que a violência doméstica enquanto crime público "fez passar para a luz do dia crimes que antes não se viam". E as declarações de Marinho Pinto significam "um retrocesso quase civilizacional", afirma.

O responsável político garante que "o crime de violência doméstica vai continuar a ser crime público e as



A violência doméstica passou a ser considerada crime público em 2000

**17** mulheres

morreram vítimas de violência doméstica, em 2008, de acordo com dados da UMAR

**22** mil queixas

Total de queixas de violência doméstica registadas pelas forças policiais, em 2007

palavras de Marinho Pinto não vão ter consequências". "Penso que enquanto bastonário, Marinho Pinto, não fala em nome de todos advogados", diz Ricardo Rodrigues.

No entanto, a dirigente da APAV acredita que "no fundo se corre o risco de uma realidade intolerável se torne ainda mais invisível". Mas, ao mesmo tempo, diz não estar preocupada com um retrocesso porque os repre-

sentantes democraticamente eleitos rejeitaram as ideias de Marinho Pinto.

Por sua vez, Teresa Féria defende que "a violência doméstica é um crime público e que cabe ao Estado a sua prevenção e repressão". A jurista realça ainda o facto de que neste tipo de crimes "as vítimas são pessoas particularmente vulneráveis, porque a violência é praticada por alguém muito próximo e a quem estão

afectivamente ligadas". Logo, é muito mais difícil para elas, muitas vezes, "levar adiante a acusação", explica Teresa Féria. Depois, "o agressor precisa de manter a vítima mais do que outra coisa", facto que, a mudar-se a lei, iria "aumentar as pressões às vítimas", conclui a jurista.

Outro facto referido por António Marinho Pinto foi a violência contra as crianças e os idosos, considerando-a mais grave que a violência doméstica. O que para a presidente da UMAR é "uma falsa questão". "A violência contra crianças e idosos não existe fora da violência doméstica", critica a presidente da APMJ. Além de que "nenhuma criança conseguirá esquecer que a mãe foi maltratada, situação que é por si só violência contra as crianças, explica Teresa Féria.

Mais dura nas críticas é Joana Marques Vidal. "Não há nestas questões da violência o mais e o menos, são questões que nos preocupam igualmente". A dirigente da APAV acrescenta ainda: "não me parece adequado estabelecer gradações a tipos de violência, nenhum tipo de violência pode ser tolerado". "Não podemos dizer que esta violência é mais importante que outra", sublinha. Em comunicado, a UMAR diz-se revoltada contra a hierarquização das violências feita por Marinho Pinto.

O DN tentou, sem êxito, contactar António Marinho Pinto.

## VOZES CONTRA AS DECLARAÇÕES DE MARINHO PINTO

Desagrado geral face às declarações do bastonário da Ordem dos Advogados

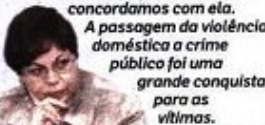
**Joana Marques Vidal**  
Presidente da APAV

"Não há nestas questões da violência o mais e o menos, são questões que nos preocupam igualmente. Não me parece adequado estabelecer gradações a tipos de violência. A violência não pode ser tolerada. Não podemos dizer que esta violência é mais importante."



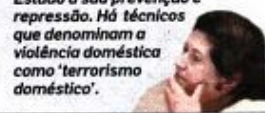
**Manuela Tavares**  
Presidente da UMAR

"A violência doméstica é um atentado aos direitos humanos e deve ser alvo de condenação social. Actualmente a suspensão do processo é possível, mas não concordamos com ela. A passagem da violência doméstica a crime público foi uma grande conquista para as vítimas."



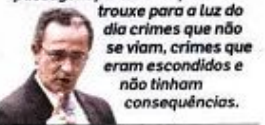
**Teresa Féria**  
Presidente da APMJ

"A violência doméstica está descrita na lei e atenta contra o Estado de direito português. Como crime público cabe ao Estado a sua prevenção e repressão. Há técnicos que denominam a violência doméstica como 'terrorismo doméstico'."



**Ricardo Rodrigues**  
Deputado do PS

"Fiquei admirado. Mas perante estas declarações não nos podemos admirar, temos que reagir e dizer que discordamos. A passagem para crime público trouxe para a luz do dia crimes que não se viam, crimes que eram escondidos e não tinham consequências."



**António Marinho Pinto**  
Bastonário dos Advogados

"A violência doméstica não devia ser considerada crime público porque inviabiliza a desistência do processo ainda que a vítima assim o entenda. A vítima deve ter o poder de acusar ou não. Há um certo fundamentalismo na violência doméstica como crime público."





**Violência doméstica**

## APAV “perplexa” com declarações de bastonário

A presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) disse ontem ter ficado “perplexa” com as declarações do bastonário da Ordem dos Advogados, que terça-feira defendeu que a violência doméstica não devia ser crime público.

O bastonário Marinho e Pinto disse no Parlamento que a violência doméstica não deveria ser crime públi-

co, porque inviabiliza a desistência do processo, caso a vítima o deseje.

**Grave.** A presidente da APAV referiu que o fenómeno da violência doméstica é “extremamente grave e que o número de casos tem aumentado”, acrescentando que a categorização destes actos como crime público está “sedimentado na sociedade”.



# Vítima sofrerá “mais ameaças”

Polémica com declarações de bastonário sobre violência doméstica

**Marinho e Pinto defende que violência doméstica não deve ser crime público.**

A União Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) reagiram ontem às declarações do bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho e Pinto, que na terça-feira disse que a violência doméstica não devia ser crime público. “Estas decla-

rações primam pelo absurdo e constituem um retrocesso na luta pelos direitos humanos e na evolução das mentalidades”, referiu a UMAR. Também a APAV repudiou estas declarações.

O bastonário justificou que o modelo de crime público inviabiliza a desistência do processo, caso a vítima o pretenda. Contudo, segundo as associações, o novo Código de Processo Penal, em vigor desde Setem-

bro, “já prevê mecanismos de suspensão de processo pela vítima”. A UMAR diz que “se for deixada à vítima a decisão de desistir da queixa, [esta] sofrerá ainda

mais pressões, ameaças e chantagens por parte do agressor, de familiares e da sociedade em geral”. Em 2000, a violência doméstica passou a crime público, po-

dendo a denúncia ser feita por outra pessoa que não a mulher agredida. O METRO tentou contactar Marinho e Pinto, sem obter qualquer resposta. **PATRICIA TADEIA**

**17** mulheres já morreram este ano, vítimas de violência doméstica, segundo dados apresentados pelo Observatório das Mulheres Assassinadas da UMAR.





MARINHO E PINTO DEFENDE QUE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NÃO SEJA CRIME PÚBLICO

# Presidente da APAV perplexa com declarações

**A presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima disse ter ficado “perplexa” com as declarações do bastonário da Ordem dos Advogados, que terça-feira defendeu que a violência doméstica não devia ser crime público.**

O bastonário Marinho e Pinto disse no Parlamento que a violência doméstica não deveria ser crime público, porque inviabiliza a desistência do processo, caso

a vítima o deseje, noticiou ontem a imprensa. “Lamento que Marinho e Pinto, enquanto bastonário da Ordem dos Advogados, manifeste esta opinião”, disse ontem Joana Marques Vidal, adiantando ter ficado “perplexa” com as declarações. A presidente da APAV referiu que o fenómeno da violência doméstica é “extremamente grave e que o número de casos tem aumentado”, acrescentando que a categorização destes actos como crime

público está “sedimentado na sociedade” e que “quase não vale a pena voltar a discutir o assunto”. “O crime público

**“É extremamente grave e o número de casos tem aumentado”**

[para os casos de violência doméstica] está interiorizado na comunidade e é sem dúvida um instrumento muito importante

para que haja uma noção clara na comunidade de como aqueles comportamentos, atitudes e agressões são inadmissíveis”, frisou.

Para a presidente da APAV “é fundamental que [o crime nos casos de violência doméstica] continue e que seja público”. Joana Marques Vidal esclareceu também que o novo Código do Processo Penal permite a suspensão provisória do processo a pedido da vítima.



## Todas as polícias

O Relatório de Segurança Interna resulta de uma compilação efectuada pelo Gabinete Coordenador de Segurança (sob dependência do Ministério da Administração Interna) das informações recolhidas pelas polícias portuguesas. Nele estão representadas a Guarda Nacional Republicana, a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Judiciária (sob dependência do Ministério da Justiça), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Serviço de Informações de Segurança, a Direcção Geral da Autoridade Marítima, o Instituto Nacional de Aviação Civil, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, e a Direcção Geral de Infra-estruturas e Equipamentos (que procede ao equipamento das forças de segurança).

### Mediatização

O relatório reconhece um aumento do sentimento de insegurança, tanto ao nível da criminalidade geral, como da criminalidade violenta. No entanto, esse registo não se traduz nos números da criminalidade participada. "As estatísticas da criminalidade participada, seja qual for o país, sendo objectivas, se constituem como indicadores sérios da realidade criminal que é denunciada pelos cidadãos ou participada pelas polícias, contrapondo-se à subjectividade da percepção individual ou colectiva sobre o fenómeno da criminalidade, muitas vezes condicionada e ampliada por uma excessiva mediatização e repetição exaustiva de certas ocorrências criminais", refere o documento. A discrepância entre os números e o sentimento de insegurança resulta, em grande parte, do "surgimento de novos fenómenos criminais, com modos de actuação e meios mais violentos e organizados". O relatório reconhece também que nunca foi realizado um relatório de vitimação à escala nacional, que permitia avaliar o sentimento de insegurança das pessoas.

Carlo Marchato



Sentimento de insegurança não estará directamente relacionado com o número de crimes

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA VAI FAZER UM INQUÉRITO NACIONAL DE VITIMAÇÃO

# A vítima para além do crime

O Governo apresenta amanhã no Parlamento o Relatório de Segurança Interna 2007. O documento aponta para uma estagnação das queixas registadas e uma queda da criminalidade violenta. Mas os números mascaram a realidade e por isso o MAI quer fazer um Inquérito Nacional de Vitimação.

PAULO ALMEIDA

O Governo vai fazer um inquérito nacional para avaliar o sentimento de insegurança das pessoas e vítimas de crimes. Este Inquérito Nacional de Vitimação pretende também aproximar os números da criminalidade reportada, aquela que é alvo de queixa por parte do cidadão, aos da criminalidade que não é informada às forças policiais. A esses números chamam-se "cifras negras" e normalmente são muito superiores aos índices anuais de criminalidade.

"Sabemos que há uma percentagem muito grande de crime em que, dizem os estudiosos desta matéria, mais de 50 por cento desta criminalidade não é reportada", adiantou o general Leonel Carvalho, responsável pelo Gabinete

Coordenador de Segurança (GCS), que todos os anos tem a incumbência de realizar o Relatório de Segurança Interna.

O relatório referente ao ano passado será divulgado amanhã, na Assembleia da República, e apresenta, como dados mais significativos, a manutenção dos níveis de criminalidade – foram registados apenas mais 526 casos em todas as forças de segurança – e uma descida acentuada, menos 10,5 por cento, da criminalidade violenta e grave.

O Inquérito Nacional de Vitimação, revelou o Ministério da Administração Interna (MAI), é uma parceria entre o MAI, o Ministério da Justiça, a APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, será liderado pelo Instituto Nacional de Estatística e pretende ter o apoio financeiro do Eurostat, o organismo es-

tatístico da União Europeia.

Autor de vários estudos sobre vitimação, sobretudo no Grande Porto, o psicólogo José Luis Fernandes mostrou a sua satisfação em saber que o Governo vai avançar com o inquérito. "Tenho criticado várias vezes os governos por não fazerem estes inquéritos, porque aquilo que se sabe sobre o sentimento de insegurança, sobre as vítimas, é baseado apenas na criminalidade registada, baseia-se apenas nos relatórios de segurança interna. E quando se diz que Portugal é um país com baixa criminalidade é preciso saber do que é que estamos verdadeiramente a falar", referiu o professor da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto.

José Luis Fernandes salientou que o Inquérito Nacional de Vitimação, para ter validade, terá que seguir a fórmula dos inquéritos que já existem noutros países da União Europeia, para poder ser comparado. "Deveria ser um instrumento realizado de três em três anos, e seguir os inquéritos que já existem em circulação, de modo permanente", assegurou.

Todavia, entre os parceiros do inquérito, ninguém mostrou disponibilidade para falar sobre o estudo, que o MAI espera ver concluído no primeiro trimestre do próximo ano. A entidade responsável pelo Inquérito Nacional de Vitimação, o INE, não forneceu informação em tempo útil; a APAV recusou comentar, por ser apenas um parceiro do projecto. De resto, a estrutura do INE tem prevista a realização desse inquérito apenas em 2010 e a apresentação de uma candidatura ao Eurostat obriga a um procedimento moroso e burocrático, que dificilmente estará concluído no final deste ano.

Mesmo assim, fonte do Ministério da Administração Interna afirmou ontem que se nenhum dos parceiros conseguir efectuar o estudo, a própria estrutura do MAI encarrega-se da sua realização. "A realização deste inquérito é um objectivo para 2008", afirmou a mesma fonte.

As principais questões que deverão ser abordadas no inquérito são os elementos caracterizadores do entrevistado e o seu contexto familiar; o sentimento de segurança e preocupações





## APAV repudia declarações de Marinho Pinto

● A presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) disse ontem ter ficado “perplexa” com as declarações do bastonário da Ordem dos Advogados, que terça-feira defendeu que a violência doméstica não devia ser crime público porque inviabiliza a desistência do processo, caso a vítima o deseje.

“Lamento que Marinho Pinto, enquanto bastonário da Ordem dos Advogados, manifeste esta opinião”, disse à Lusa Joana Marques Vidal. A responsável referiu ainda que o fenómeno da violência doméstica é “extremamente grave e que o número de casos tem aumentado”, acrescentando que a categorização destes actos como crime público está “sedimentada na sociedade”.

Também a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) manifestou num comunicado o seu repúdio pelas declarações proferidas pelo bastonário, referindo que estas “primam pelo absurdo e constituem um retrocesso na luta pelos direitos humanos e na evolução das mentalidades”.

16-05-2008

**Tiragem:** 12240

**País:** Portugal

**Period.:** Diária

**Âmbito:** Regional

**Pág:** 16

**Cores:** Preto e Branco

**Área:** 8,95 x 3,91 cm<sup>2</sup>

**Corte:** 1 de 1



## **Violência doméstica e escolar em debate na Biblioteca de Côja**

“Violência escolar/violência doméstica” é o tema de uma conferência, a realizar hoje, pelas 21h00, na Biblioteca Dr. Alberto Martins de Carvalho, em Côja, a cargo de Paula Ribeiro e Sónia Santos, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Trata-se de uma iniciativa da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Côja.





# Aluna violada na Queima de Braga

► Uma aluna do curso de Biomédicas da Universidade do Minho foi violada na madrugada de domingo passado por um outro aluno que identificou. A violação terá ocorrido no recinto da Queima das Fitas, que na academia de Braga é designado por Gatódromo e está instalado em Dume, junto ao estádio municipal.

Segundo a descrição que a própria mãe da vítima – uma ca-loira, de 18 anos – fez ao JN, a jo-vem contou que tudo aconteceu junto à barraca de Biomédicas, entre as quatro e as cinco da ma-nhã. A aluna tinha estado ali com amigas e bebera uma ou duas be-bidas, quando o colega a puxou

para trás da barraca. Ainda pen-sou que se tratasse de mais uma praxe. Recusou quando o colega tentou convencê-la a manter rela-ções sexuais, mas depois foi domi-nada pela violência. Ainda gritou, mas de nada lhe valeu. “Foi viola-da de todas as formas”, disse a mãe da jovem.

Cerca das 5.15 horas a aluna li-gou à mãe, mas não teve coragem de lhe contar. Foi para a residência de estudantes e deitou-se. No dia seguinte, regressou à Póvoa de Var-zim, onde reside. Ficou em casa de uma amiga. Só na terça-feira teve ânimo para ir ao hospital e fazer um rastreio a eventuais doenças sexualmente transmissíveis. Li-

gou à mãe e contar-lhe que lhe tinha acontecido uma “coisa gra-ve”. Depois desabafou. Revolta-da, a progenitora decidiu agir e informou-se junto da Associação de Apoio à Vítima (APAV). Apre-sentou queixa na PSP que enca-minhou a jovem para o Instituto de Medicina Legal, onde os exa-mes forenses confirmaram a ex-trema violência usada na viola-ção.

Desde terça-feira que a jovem está a ser acompanhada por uma psicóloga disponibilizada pela universidade, que já está ao cor-rente do que aconteceu. PSP e Ministério Público investigam o caso. **Pedro Vilachã**



## Rádio Blogue

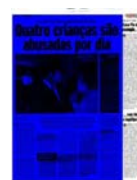


**CARLA HILÁRIO QUEVEDO**  
bomba-inteligente.blogs.sapo.pt

## Violência doméstica

Nos primeiros quatro meses deste ano, 28 mulheres foram vítimas de tentativa de homicídio, 17 morreram e 11 estão em estado grave. É com este pano de fundo que o bastonário da Ordem dos Advogados defendeu que a violência doméstica não deve ser crime público, provocando a indignação, nomeadamente da APAV. Não ser crime público significa que a vítima pode desistir da queixa durante o processo. Ora, sabendo que as vítimas de violência doméstica são na sua grande maioria mulheres, se a sugestão fosse aceite, seria uma alteração que as desprotegeria ainda mais, dando-lhes mais uma possibilidade de consentir um acto infame. Se existem limites na vida, este é um deles. Ninguém é livre ao ponto de escolher ser abusado e violentado por ninguém, nem pelo cônjuge. As vítimas de violência doméstica, impotentes face a um agressor que misteriosamente amam, são vulneráveis e frágeis. São vítimas reais e, como tal, devem ser protegidas e bem tratadas, não encorajadas a renunciar de uma decisão já de si tomada com dificuldade. O que leva estas mulheres a não denunciarem os maridos? O ditado “entre marido e mulher não metas a colher” ainda é respeitado? A violência doméstica deve continuar a ser um crime público?





OS CASOS TÊM VINDO A AUMENTAR EM PORTUGAL

# Quatro crianças são abusadas por dia



Catalina Pestana ouviu os conselhos de Carlos Farinha, especialista da PJ em crimes sexuais de menores

## factos



### BASE DE DADOS.

Manuela Eanes, presidente do IAC, defendeu a criação de uma base de dados confidenciais, a nível europeu, que permita às polícias dos Estados membros seguirem "os movimentos das pessoas com historial de agressões sexuais".

**ROMENOS.** As crianças romenas que vemos a pedir nas ruas "ou são alugadas para andarem na prática da mendicância ou são trocadas entre vários elementos de uma família" com o mesmo objectivo, alertou Alexandra Simões, coordenadora do SOS - Criança Desaparecida. "São situações de exploração infantil", disse a responsável.

texto • Rute Coelho  
rute.n.coelho@24horas.com.pt

Os números não mentem: 1400 novos casos de crimes sexuais contra menores por ano, uma média de 4 por dia. "São casos a mais", disse Carlos Farinha, da PJ, que defendeu sanções acessórias para os pedófilos

Um pedófilo já condenado por abuso sexual de menores, deve ser proibido de exercer o poder paternal ou de ter uma profissão relacionada com crianças. São "sanções acessórias, previstas no artigo 179.º do Código Penal, que podem e devem ser mais aplicadas", disse Carlos Farinha, coordenador da Polícia Judiciária do Funchal, que ontem interveio como especialista na área, na conferência europeia sobre crianças desaparecidas e segurança na Internet, em Lisboa (ver caixa).

"Por ano, há 1400 novos casos de crianças e jovens vítimas de crimes sexuais em Portugal. São casos a mais", afirmou Carlos Farinha. Em 60,45% dos casos, o abuso ocorre na residência da vítima. E em 45% dos casos, há uma relação familiar entre abusador e abusado (normalmente, são os tios, avós, pais

ou primos os abusadores).

"Os criminosos sexuais não são monstros extraterrestres. Estão no meio de nós", alertou Carlos Farinha. E por a PJ ter conhecimento de vários pedófilos reincidentes é que o investigador defende o uso de sanções que vão além das penais.

Dos 1400 novos casos por ano, 7% provém de uma relação prévia entre vítima e agressor através das novas tecnologias (Internet, telemóveis e outras). Estes casos "têm vindo a aumentar desde 2005", adiantou Carlos Farinha. Na maioria (58%) destes casos, o crime

sexual é participado à PJ por terceiros. "Possivelmente, os pais estão um pouco distraídos", disse o investigador.

"Os dados de tráfego das comunicações electrónicas são essenciais para a investigação. Nesta matéria, não temos razões para estar sossegados. É necessário passar

## Pedófilo não pode adoptar

A questão da adopção de crianças por pedófilos foi levantada por causa do caso ocorrido na Áustria com Josef Fritzl, que manteve durante 24 anos a filha prisioneira na cave, tendo adoptado três das crianças que

teve com ela. Ontem, na conferência organizada pelo Instituto de Apoio à Criança (IAC), o procurador-geral da República defendeu alterações legislativas que impeçam a adopção de crianças por condenados por pedofilia. "O que há de perigoso neste momento é que no registo criminal desaparece a condenação, portanto é pos-

sível um pedófilo vir a adoptar uma criança", disse Pinto Monteiro. Também Manuela Eanes, presidente do IAC, considerou "inadmissível" esta situação. E defendeu que o Ministério Público passe a ter acesso aos certificados de registo criminal, em acções de inibição do poder paternal, quando há suspeitas de abusos.

para a prática as directivas europeias. Há países que retem os dados de tráfego sobre menores por seis meses, outros por dois anos. Não tem existido harmonia".

## Há 750 crianças desaparecidas por ano

Por ano, chegam à PJ 750 participações de desaparecimento de crianças e jovens - 61% do sexo feminino e 39% do sexo masculino. Destes, cerca de 20% são menores reincidentes nas fugas (internados em instituições, muitos deles), explicou Carlos Farinha.

No entanto, a maioria dos desaparecidos acaba por ser encontrado. Dados da PJ referem que em Portugal existem "apenas" 14 menores dados como desaparecidos.

Este tipo de casos não prescreve. "É fundamental revisitar casos antigos", apontou, referindo-se a desaparecimentos célebres como o de Rui Pedro. "Os dados devem ser sempre actualizados". ■





Violência

# APAV regista 70 casos de incesto, dez com crianças até cinco anos

► Maioria dos 70 abusos registados em 2007 pela APAV foram cometidos pelos pais ► Investigadora portuense analisou casos de uma década e garante que o fenómeno estabilizou e que os crimes são praticados pelo elemento masculino

Alexandra Marques

**D**e 70 crimes sexuais praticados em 2007 dentro da família — por familiares directos — 40 foram praticados pelos progenitores: o pai ou a mãe. Os dados são da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Os dados são corroborados pela investigadora da Universidade do Porto, Teresa Magalhães — que analisou mil casos de abusos sexuais em crianças no distrito do Porto, entre 1997 a 2007 — em 99% dos casos, o agressor é homem, afirma. Nomeadamente o pai, o tio ou o padrasto.

A regra é que os abusos são cometidos pelos parentes masculinos. "São excepcionais os casos em que as mulheres (mães ou madrastas) são as agressoras", refere a directora do Instituto de Medicina Legal do Porto, "mas também porque são mais difíceis de detectar", justifica.

A investigadora acrescenta não ter encontrado oscilações relevantes entre cada ano analisado. As diferenças não são acentuadas, pelo que não se pode falar de um aumento nem de um decréscimo significativo no número de ocorrências. "A tendência é para os crimes de abuso sexual se manterem", referiu ao JN.

Subsiste, contudo, a dúvida sobre se houve um aumento deste tipo de crimes, ou se — por os agentes sociais que lidam com as crianças no quotidiano (professores, enfermeiros, vizinhos) — estarão mais atentos e alerta são efectuadas mais denúncias junto das autoridades, fazendo subir os registos de suspeitas. "É sempre necessário averiguar se as denúncias são confirmadas pela investigação criminal" sublinha a docente.

Além disso, há outra ressalva a fazer: é preciso distinguir os casos verídicos onde se conseguem provas testemunhais ou de outro tipo, das suspeitas que são levantadas (em mais casos do que se poderia supor) por um dos cônjuges. O último caso acontece quando um dos progenitores se encontra em conflito com o parceiro, em processos judiciais, por divórcio



Crianças vítimas de abusos precisam de mais apoio, garantem vários especialistas

## Casos de crianças vítimas da própria família deixaram marcas no país nos últimos anos

Logo em 1995, um estudo inédito em Portugal mostrou que 30% dos homicídios verificados em Portugal ocorriam no contexto intra-familiar, sendo 8% crianças". Desde então, vários casos ganharam dimensão pública.

### Joana

A 12 de Setembro de 2004, Joana, de oito anos, desapareceu da aldeia de Figueira (Portimão). Nesse dia foi vista pela última vez, pelas 20h00, depois de ter ido à mercearia a pedido da mãe, Leonor Cipriano. A Polícia Judiciária concluiu que Joana foi assassinada pela mãe e um tio a 11 de Novembro desse ano. O tribunal condenou Leonor a 20 anos e quatro meses de

prisão e o tio a 19 anos e dois meses.

### Vanessa

Em Maio de 2005, é divulgado pelas autoridades o desaparecimento de Vanessa Filipa, de cinco anos, que vivia no Bairro do Aleixo, no Porto. A GNR encontrou o corpo da criança no rio Douro. Vanessa terá sido mergulhada numa banheira de água quente, alegadamente pela avó, onde ficou até morrer dois dias depois quando terá sido atirada ao rio. Os principais suspeitos da morte e maus tratos foram o pai e a avó.

### Daniel

A 5 de Setembro de 2005, Daniel Carvalho, um menino surdo-mudo de seis anos, amblíope e com defi-

ciências motoras, foi encontrado morto em casa no Bairro de Sá Carneiro, em Caxias (Oeiras), com sinais de maus-tratos e de abuso sexual. As hemorragias internas levaram à morte. O tribunal provou que o culpado era o padrasto, de 16 anos.

### Fátima

Em Dezembro, Fátima, com menos de dois meses de vida, foi internada em coma, com marcas de maus tratos, negligência e abuso sexual. Com sete semanas de vida tinha sofrido uma fratura craniana, lesões no ânus e noutras partes do corpo, estava em risco de cegar de um olho e de ficar com sequelas neurológicas e sensoriais.

litigioso e na disputa pelo poder paternal. Os números da APAV relativos a 2007 mostram também que mais de metade dos crimes perpetrados (54,66%) foram violações e mais de um quarto dos casos (26,32%) foram classificados como abusos sexuais. A estatística revela que os parceiros do pai ou da mãe (padrastos e madrastas) foram autores de 15 dos casos registados, e cinco dos casos levados ao conhecimento da APAV foram cometidos por um dos avós.

Quanto às vítimas, a maioria é do sexo feminino (51%) e um terço tem entre 11 e 17 anos. Outro dado alarmante é que 10 dos crimes foram praticados em crianças dos zero e os 5 anos.

A maioria das denúncias registadas o ano passado pela APAV ocorreu em Lisboa (18), sendo dez em Faro, e oito no Porto. Onze das vítimas não assinalaram o seu distrito de residência. <

## Vítimas não têm apoio psicológico adequado

► Metade das vítimas de abusos sexuais ficam, segundo defende o psiquiatra Afonso Albuquerque, com perturbações psicológicas crónicas, como a Perturbação Pós Stress Traumático e perturbações grandes no relacionamento sexual

adulto. "São indivíduos com grande dificuldade em manter uma relação íntima com outra pessoa e ao nível da própria intimidade". Apesar dos "meios de intervenção terapêutica com bastante sucesso", tratam-se de casos que reque-

rem "uma ajuda especializada que não se encontra, por exemplo, num médico de família".

"Não há uma rede nacional de pedo-psiquiatras suficiente para ajudar o número de crianças que são vítimas de todo o tipo de vio-

lência", refere por sua vez, Margarida Medina Martins, da Associação Mulheres contra a Violência (AMCV).

"São crianças que são colocadas em centros ou famílias de acolhimento, mas não têm apoio

psicológico adequado. O sofrimento é deslocado geograficamente para fora da casa onde os maus tratos ocorreram, mas não é tratado e não desaparece", disse ao JN esta responsável da AMCV. <